UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Curso de Serviço Social

IARA VALENTIM DA LUZ

A GOURMETIZAÇÃO DA MEMÓRIA DA ESCRAVIZAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA BANALIZAÇÃO DO PASSADO ESCRAVISTA EM OURO PRETO.

Ouro Preto – MG

2026

Iara Valentim da Luz

A GOURMETIZAÇÃO DA MEMÓRIA DA ESCRAVIZAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA BANALIZAÇÃO DO PASSADO ESCRAVISTA EM OURO PRETO.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Verônica Medeiros Alagoano.

Ouro Preto -MG
2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

L979g Luz, Iara Valentim Da.
A gourmetização da memória da escravização [manuscrito]: uma análise crítica da banalização do passado escravista em Ouro Preto. / Iara Valentim Da Luz. - 2026.
78 f.: il.: color., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Veronica Medeiros Alagoano.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Escravidão - Ouro Preto (MG). 2. Memória coletiva - Ouro Preto (MG). 3. Movimentos antiescravagistas - Ouro Preto (MG). 4. Racismo - Ouro Preto (MG). 5. Turismo e gastronomia - Ouro Preto (MG). I. Alagoano, Veronica Medeiros. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 326(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário CRB6 1407

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS E APLICADAS
COLEGIADO DO CURSO DE SERVICO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

Iara Valentim da Luz

A gourmetização da memória da Escravização: uma análise crítica da banalização do passado escravista em Ouro Preto

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 29 de julho de 2026

Membros da banca

Dra. Verônica Medeiros Alagoano - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Isis Silva Roza - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Raquel Mota Mascarenhas - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Verônica Medeiros Alagoano, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 19/08/2026

Documento assinado eletronicamente por **Kathiuca Bertollo**, **VICE-COORDENADOR(A) DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL?**, em 19/08/2026, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **1168632** e o código CRC **0EAB9A92**.

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: (31)3559-3555 - www.ufop.br

RESUMO

O estudo analisa a relação entre patrimônio cultural, turismo e memória da escravização em Ouro Preto (MG), discutindo como a valorização estética dos bens históricos pode contribuir para a construção de narrativas que minimizem ou ocultem a violência do sistema escravista. Para interpretar esse fenômeno, utiliza a categoria analítica "gourmetização da escravização", entendida como o processo de mercantilização e ressignificação da memória histórica em benefício da atividade turística.

A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e exame de materiais institucionais relacionados aos principais espaços patrimoniais da cidade. O referencial teórico reúne autores que discutem escravização, patrimônio, memória social, relações raciais e racismo estrutural, permitindo compreender as permanências das desigualdades históricas na construção das narrativas turísticas.

Os resultados demonstram que grande parte dos discursos patrimoniais enfatiza os aspectos arquitetônicos, artísticos e culturais de Ouro Preto, enquanto reduz a visibilidade das experiências de violência, exploração e resistência da população negra escravizada. Ao mesmo tempo, identificam-se iniciativas que valorizam a memória afro-brasileira e promovem interpretações mais críticas sobre a formação histórica da cidade.

Conclui-se que a categoria "gourmetização da escravização" constitui importante ferramenta analítica para compreender as tensões entre patrimônio, turismo, mercado e memória, destacando a necessidade de fortalecer narrativas que reconheçam o protagonismo da população negra e contribuam para a preservação de uma memória histórica crítica, inclusiva e comprometida com a justiça social.

Palavras-chave: Racismo Estrutural; Gourmetização da Escravização; Mercantilização da Memória.

ABSTRACT

This study examines the relationship between cultural heritage, tourism, and the memory of enslavement in Ouro Preto, Minas Gerais, Brazil, discussing how the aesthetic appreciation of historical heritage may contribute to the construction of narratives that minimize or obscure the violence of the slave system. To interpret this phenomenon, the study employs the analytical concept of the "gourmetization of enslavement," understood as the process through which historical memory is commodified and reinterpreted to serve the interests of the tourism industry.

The research adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, based on a literature review, documentary analysis, and the examination of institutional materials related to the city's principal heritage sites. The theoretical framework draws on scholars who address enslavement, cultural heritage, social memory, race relations, and structural racism, providing a basis for understanding how historical inequalities continue to shape contemporary tourism narratives.

The findings indicate that heritage discourses largely emphasize Ouro Preto's architectural, artistic, and cultural significance while giving limited attention to the experiences of violence, exploitation, and resistance endured by the enslaved Black population. At the same time, the study identifies initiatives that promote Afro-Brazilian memory and encourage more critical interpretations of the city's historical development.

The study concludes that the concept of the "gourmetization of enslavement" serves as an important analytical framework for understanding the tensions between heritage, tourism, the market, and collective memory. It also highlights the need to strengthen narratives that recognize the agency and historical contributions of the Black population while fostering a critical, inclusive, and socially just approach to preserving historical memory.

Keywords: Structural Racism; Gourmetization of Enslavement; Commodification of Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CARDÁPIOS

- Restaurante A 31
- Restaurante B 31
- Restaurante C 32

IMAGENS

Figura 1 – Vista da Praça Tiradentes, localizada no centro histórico de Ouro Preto (MG). 39

Figura 2 – Museu da Inconfidência, localizado na Praça Tiradentes, no centro histórico de Ouro Preto (MG). 42

Figura 3 – Registro da pesquisa de campo realizada no Museu da Inconfidência, ao lado de obras sacras pertencentes ao acervo da instituição. 42

Figura 4 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, localizada em Ouro Preto (MG). 44

Figura 5 – Igreja Matriz de Santo Antônio, localizada no distrito de Glaura, município de Ouro Preto (MG). 45

Figura 5 – Registro da autora durante a pesquisa de campo realizada na Igreja Matriz de Santo Antônio, localizada no distrito de Glaura, município de Ouro Preto (MG). 46

Figura 6 – Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, localizada no distrito de Lavras Novas, município de Ouro Preto (MG). 49

Figura 6 – Capela de Sant'Ana, localizada no distrito da Chapada, município de Ouro Preto (MG). 50

Figura 7 e 8 – Registro da Festa da Goiaba, manifestação cultural e gastronômica tradicional do distrito de São Bartolomeu, Ouro Preto (MG). 52

Figura 9, 10, 11 e 12 – Mina Santa Rita, localizada em Ouro Preto (MG). 56

LISTA DE TABELAS

Apêndice A – Cardápios analisados 29
Tabela 2 – Valores de ingresso para visitação em minas históricas de Ouro Preto 54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **4**

1. ESCRAVIZAÇÃO, RACISMO ESTRUTURAL E A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA “GOURMETIZAÇÃO DA ESCRAVIDÃO”. **6**

1.1 O escravismo na formação sócio-histórica brasileira 7

1.2 Ouro Preto e a centralidade da população negra na formação da cidade 14

1.3 A categoria "gourmetização" como instrumento analítico para a compreensão da memória da escravidão 19

2. MANIFESTAÇÕES DO RACISMO ESTRUTURAL EM OURO PRETO: O FENÔMENO DA GOURMETIZAÇÃO. **23**

2.1 A herança racista e a gourmetização 34

2.2 As manifestações da gourmetização em Ouro Preto: análise do material mapeado 35

CONCLUSÃO **74**

REFERÊNCIA **77**

INTRODUÇÃO

Ouro Preto, em Minas Gerais, é reconhecida internacionalmente por seu expressivo conjunto arquitetônico, artístico e urbanístico, tendo recebido, em 1980, o título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido pela UNESCO. Suas ruas, igrejas, museus e casarões preservam parte significativa da história do Brasil colonial e fazem da cidade um dos principais destinos turísticos do país. Entretanto, por trás da imponência de seu patrimônio material está uma história profundamente marcada pela exploração da mão de obra escravizada, responsável pela construção da riqueza econômica e cultural que ainda hoje sustenta parte da identidade e da atividade turística do município.

Durante a realização desta pesquisa, a ida a Ouro Preto permitiu observar, para além daquilo que os livros e documentos registram, como essa memória é apresentada nos espaços turísticos e apropriada no cotidiano da cidade. Caminhar pelas ladeiras, visitar museus, igrejas e antigos locais de mineração possibilitou perceber diferentes formas de narrar o passado escravista. Paralelamente, as conversas realizadas com moradores locais revelaram percepções diversas sobre a história da cidade. Enquanto alguns demonstraram reconhecer a importância da população negra na formação de Ouro Preto e defenderam a necessidade de ampliar esse debate, outros reproduziram narrativas que privilegiam o valor artístico e arquitetônico do patrimônio, deixando em segundo plano a violência, a exploração e as desigualdades produzidas pela escravização.

Essas experiências despertaram uma inquietação que ultrapassa a simples observação do patrimônio histórico. Em diversos momentos, foi possível identificar que a escravização aparece inserida no circuito turístico de forma resumida, romantizada ou apresentada como um elemento secundário diante da valorização estética dos monumentos históricos. Embora a cidade possua espaços que abordam esse passado de maneira crítica, percebe-se que determinadas narrativas ainda tendem a suavizar ou descontextualizar um processo marcado por extrema violência, sofrimento e desumanização da população negra.

É nesse contexto que esta pesquisa propõe discutir aquilo que será denominado gourmetização da escravização. O conceito é utilizado para problematizar o processo pelo qual acontecimentos históricos profundamente violentos passam a ser ressignificados para atender às dinâmicas do turismo e do mercado cultural. Assim, elementos ligados ao período escravista podem ser transformados em experiências de consumo, frequentemente apresentados de maneira atrativa, estética ou curiosa, sem que haja uma reflexão consistente sobre as estruturas de poder, o racismo e as desigualdades que permanecem presentes na

sociedade brasileira.

Neste estudo, o termo gourmetização não se refere apenas à valorização comercial de determinado patrimônio, mas à adaptação de memórias coletivas às exigências do consumo contemporâneo. Trata-se de um movimento que pode retirar de determinados acontecimentos sua complexidade histórica, reduzindo experiências de violência e resistência a produtos culturais voltados ao entretenimento. Quando aplicado à memória da escravização, esse processo contribui para o enfraquecimento da compreensão crítica sobre um dos períodos mais traumáticos da história brasileira, dificultando o reconhecimento de seus reflexos nas desigualdades raciais ainda existentes.

A escolha dessa temática está diretamente relacionada à experiência vivenciada durante a permanência em Ouro Preto. A observação dos espaços históricos, aliada ao diálogo com moradores, comerciantes, guias e visitantes, permitiu compreender que a memória da escravização permanece em constante disputa. Em diferentes conversas, surgiram relatos sobre personagens históricos, tradições locais e transformações ocorridas na cidade ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, chamou atenção a pouca visibilidade conferida às histórias de resistência da população negra, muitas vezes ofuscadas pela valorização do patrimônio arquitetônico e pelo discurso turístico predominante. Essas percepções fortaleceram o interesse em investigar como essa memória vem sendo construída, difundida e consumida.

Dessa forma, esta pesquisa busca compreender de que maneira a transformação da memória da escravização em produto turístico tensiona as relações entre memória social, identidade negra e lógica mercantil em Ouro Preto. Procura-se analisar como os interesses econômicos ligados ao turismo podem influenciar a construção das narrativas sobre o passado escravista e quais impactos esse processo produz na preservação da memória coletiva e na valorização da história da população negra.

Para alcançar esse objetivo, adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, por entender que a problemática envolve interpretações, representações sociais e disputas de memória. O estudo foi desenvolvido a partir de levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos, dissertações e teses relacionados aos temas memória social, patrimônio cultural, turismo, relações raciais e racismo estrutural. Também foram analisados documentos institucionais, materiais de divulgação turística e conteúdos oficiais sobre os espaços históricos da cidade. Como complemento, realizou-se observação direta durante a visita aos principais pontos turísticos e patrimoniais de Ouro Preto, registrando a forma como a escravização é apresentada nesses ambientes. As conversas informais com moradores locais também contribuíram para ampliar a compreensão sobre as

diferentes interpretações da história presentes no cotidiano do município, oferecendo elementos importantes para a análise crítica desenvolvida neste trabalho.

Este estudo está estruturado em dois capítulos. O primeiro apresenta a fundamentação teórica, discutindo as relações entre memória social, patrimônio cultural, turismo, racismo estrutural e identidade negra, situando essas categorias na realidade brasileira e no contexto de Ouro Preto. O segundo capítulo aborda os procedimentos metodológicos adotados e desenvolve a análise dos dados produzidos ao longo da pesquisa, articulando as observações de campo, as narrativas identificadas nos espaços turísticos e as contribuições do referencial teórico. Ao final, são apresentadas as considerações finais, nas quais são retomados os principais resultados obtidos ao longo da pesquisa, evidenciando as contribuições deste estudo para o debate sobre memória, patrimônio, relações raciais e Serviço Social. Busca-se, ainda, destacar a relevância da análise crítica acerca das formas contemporâneas de apropriação, mercantilização e banalização da história da escravização, especialmente no contexto do turismo e da valorização patrimonial em Ouro Preto. Nesse sentido, o trabalho reafirma a importância de compreender como a memória do passado escravista é constantemente disputada, reinterpretada e, muitas vezes, transformada em produto de consumo, ocultando as marcas da violência, da resistência e das desigualdades que estruturam a sociedade brasileira.

1. ESCRAVIZAÇÃO, RACISMO ESTRUTURAL E A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA “GOURMETIZAÇÃO DA ESCRAVIDÃO”.

A escravidão constituiu um dos principais pilares da formação econômica, política, social e cultural do Brasil, influenciando profundamente a organização das relações de trabalho, da estrutura fundiária, das hierarquias raciais e da produção das desigualdades que ainda caracterizam a sociedade brasileira. Durante mais de três séculos, milhões de homens, mulheres e crianças africanas foram arrancados de seus territórios, submetidos ao tráfico transatlântico e transformados em mão de obra compulsória, sustentando a economia colonial e contribuindo decisivamente para a construção material do país. O desenvolvimento das atividades ligadas ao açúcar, à mineração e, posteriormente, ao café não pode ser explicado sem reconhecer o papel central desempenhado pela população negra escravizada. Entretanto, para além de sua dimensão econômica, o escravismo consolidou um sistema de dominação baseado na violência, na desumanização e na construção de discursos que legitimaram a inferiorização da população negra (GORENDER, 2016; MOURA, 1988).

Embora a escravidão tenha sido formalmente abolida em 1888, suas consequências

ultrapassam o marco jurídico da Lei Áurea e permanecem presentes nas estruturas sociais brasileiras. A ausência de políticas públicas voltadas à integração da população negra após a abolição contribuiu para que as desigualdades históricas permanecessem presentes nas relações sociais, econômicas e políticas. Dessa forma, compreender o Brasil contemporâneo implica reconhecer que o racismo não representa apenas um comportamento individual, mas um elemento que organiza instituições, distribui oportunidades e influencia diferentes dimensões da vida social. Nesse sentido, Almeida (2019) argumenta que o racismo deve ser compreendido como um fenômeno estrutural, incorporado ao funcionamento das instituições e das relações sociais, produzindo diferentes formas de exclusão e desigualdade.

A compreensão desse processo histórico exige reconhecer que a memória da escravização não é construída de forma neutra, mas resulta de disputas políticas, culturais e simbólicas acerca daquilo que deve ser lembrado ou silenciado. Em diversas situações, os monumentos, as igrejas, as edificações coloniais e os aspectos artísticos recebem maior visibilidade, enquanto a violência que possibilitou sua construção é apresentada de forma secundária ou, em alguns casos, quase invisível. Conforme assinala Mbembe (2018), os processos de desumanização produzidos pela escravidão não se encerram no passado, mas continuam influenciando os mecanismos contemporâneos de produção da memória, do poder e das relações raciais.

Essa discussão torna-se especialmente significativa quando se observa a cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Reconhecida internacionalmente por seu conjunto arquitetônico e pelo valor histórico atribuído ao período colonial, a cidade consolidou-se como um dos principais destinos turísticos do país. Entretanto, a grandiosidade de seu patrimônio frequentemente obscurece uma questão fundamental: toda essa riqueza foi construída sobre o trabalho compulsório de milhares de africanos escravizados e de seus descendentes. Ao privilegiar a contemplação estética dos bens históricos sem problematizar as relações sociais que lhes deram origem, determinadas narrativas acabam produzindo interpretações que suavizam ou romantizam a violência do sistema escravista (MOURA, 1983; ALMEIDA, 2019).

É nesse contexto que esta pesquisa propõe a utilização da categoria analítica "gourmetização da escravidão". O termo é empregado para compreender processos por meio dos quais espaços, práticas culturais e memórias diretamente vinculados à exploração da população negra passam a ser reinterpretados sob uma lógica de valorização turística, patrimonial e mercadológica. Não se trata de relativizar a gravidade da escravidão nem de reduzir sua complexidade histórica. Ao contrário, a proposta consiste em problematizar como

determinadas formas de representação do passado tendem a privilegiar aspectos estéticos e econômicos, deixando em segundo plano as experiências de violência, resistência e exclusão que possibilitaram a constituição desses patrimônios (PALMIERI JUNIOR, 2016; ANGELO; CORNER, 2016).

Diante desse cenário, este capítulo analisa a formação sócio-histórica do escravismo brasileiro, a participação decisiva da população negra na construção de Ouro Preto, as permanências do racismo estrutural e os processos de elaboração da memória social que influenciam as formas contemporâneas de representar a escravidão. Ao estabelecer um diálogo entre a História, as Ciências Sociais e os estudos sobre patrimônio e memória, busca-se demonstrar que as desigualdades raciais existentes na atualidade não podem ser compreendidas de maneira dissociada do legado do escravismo colonial. Mais do que revisitar o passado, a pesquisa procura compreender como ele continua presente nas narrativas, nos espaços urbanos e nas formas pelas quais a sociedade brasileira interpreta, preserva e consome sua própria história.

1.1 O escravismo na formação sócio-histórica brasileira

A história do Brasil não pode ser compreendida sem reconhecer o papel que a escravidão desempenhou na construção do país. Muito antes de moldar relações econômicas, o sistema escravista estabeleceu formas de organização política, social e cultural que atravessaram séculos e continuam produzindo reflexos na atualidade. Durante o período colonial e parte do Império, a riqueza gerada pela agricultura, pela mineração e pelo comércio esteve diretamente vinculada ao trabalho compulsório da população africana escravizada. Foi esse trabalho que sustentou a expansão econômica da colônia, fortaleceu os interesses da Coroa portuguesa e consolidou o poder das elites locais.

No entanto, limitar a participação da população negra ao papel de força de trabalho seria reproduzir uma leitura histórica incompleta. Homens e mulheres africanos trouxeram consigo conhecimentos técnicos, práticas agrícolas, saberes sobre mineração, formas de organização comunitária, tradições religiosas e manifestações culturais que, ao longo do tempo, passaram a integrar a identidade brasileira. Conforme observa Moura (1983), os africanos e seus descendentes não apenas sustentaram a economia colonial, mas participaram ativamente da constituição das relações econômicas, sociais e culturais do país. Nas regiões mineradoras, por exemplo, muitos já possuíam experiência na extração de metais preciosos, contribuindo para o aperfeiçoamento das técnicas empregadas na exploração do ouro e dos diamantes (MOURA, 1992). Da mesma forma, costumes ligados à alimentação, à música, à

religiosidade e às formas de convivência permaneceram vivos, atravessando gerações e tornando-se parte inseparável da cultura brasileira (MOURA, 1992).

Apesar dessa contribuição decisiva, a historiografia tradicional, durante muito tempo, relegou a população negra a um papel secundário. Em diversas interpretações, os sujeitos escravizados apareceram apenas como instrumentos da produção econômica, enquanto sua capacidade de criar, transformar e resistir permaneceu invisibilizada. Moura (1983, p. 9) sintetiza essa crítica ao afirmar que "o negro brasileiro tem sido visto como uma peça subsidiária na nossa formação econômica, social e cultural, mesmo durante o regime do escravismo colonial", evidenciando como a produção do conhecimento histórico também foi marcada por processos de apagamento.

A consolidação do escravismo esteve diretamente relacionada ao projeto colonial português iniciado no século XVI. Com a expansão da economia açucareira e a necessidade crescente de mão de obra para atender às demandas do mercado europeu, a colonização passou a depender de um sistema baseado na exploração intensiva do trabalho. Nos primeiros anos, a utilização da população indígena foi significativa. Entretanto, a resistência dos povos originários, a dificuldade em submetê-los ao controle permanente e, sobretudo, os interesses econômicos vinculados ao tráfico atlântico de pessoas escravizadas favoreceram a substituição gradual dessa força de trabalho pela população africana.

Segundo Costa (2010), o tráfico transatlântico rapidamente deixou de ser apenas um mecanismo de abastecimento de mão de obra para transformar-se em uma atividade altamente lucrativa, articulando comerciantes, proprietários rurais e a própria Coroa portuguesa. Milhões de africanos foram capturados em diferentes regiões do continente, submetidos a viagens marcadas por fome, doenças e violência extrema, sendo posteriormente comercializados como mercadorias nas colônias americanas. A escravidão, portanto, não se restringia às relações de trabalho; constituía um sistema que convertia vidas humanas em patrimônio econômico e organizava toda a estrutura social da colônia a partir da exploração e da desigualdade.

Conforme Moura (1988), esse modelo de organização não pode ser interpretado apenas como um mecanismo produtivo. O escravismo brasileiro estruturou relações de poder que ultrapassavam a esfera econômica, produzindo formas permanentes de controle político, repressão social e hierarquização racial. A violência não representava um aspecto ocasional do sistema, mas sua própria condição de existência. A riqueza acumulada durante o período colonial resultou diretamente da exploração sistemática da população negra, cuja força de trabalho sustentou os principais ciclos econômicos da história brasileira.

Ao mesmo tempo, a escravização brasileira integrava um processo mais amplo de expansão do capitalismo mercantil europeu. A ocupação das Américas e a exploração colonial estavam articuladas aos interesses das grandes potências econômicas da época, que dependiam da circulação de mercadorias e da produção em larga escala para ampliar seus mercados. Nesse cenário, o tráfico atlântico tornou-se um dos pilares da economia internacional, transformando homens, mulheres e crianças em mercadorias negociadas entre continentes. É justamente nesse contexto que Mbembe faz a seguinte observação:,

> […] a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros - ou a dominação a ser exercida sobre eles" (MBEMBE, 2018, p. 18).

Essa reflexão permite compreender que a construção da categoria racial esteve profundamente associada aos mecanismos de dominação colonial. A ideia de inferioridade da população negra não surgiu de forma natural, mas foi produzida historicamente para justificar a escravidão e legitimar a exploração econômica.

Moura (1988) critica as interpretações tradicionais da história brasileira que procuraram construir a imagem de uma escravidão mais branda e harmoniosa em comparação a outros regimes escravistas. Para o autor, essas perspectivas contribuíram para ocultar a violência inerente ao sistema escravista brasileiro e minimizar as diversas formas de opressão impostas à população negra. Além disso, favoreceram a consolidação de mitos nacionais, como o da democracia racial, que ainda atuam no mascaramento das desigualdades raciais existentes no país.

O escravismo brasileiro estruturava-se sobre uma lógica permanente de coerção, violência e desumanização. As pessoas escravizadas eram consideradas propriedade privada, destituídas de direitos civis e completamente subordinadas à autoridade dos senhores. Nesse contexto, Mbembe (2018, p. 27) afirma que: "De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um 'lar', perda dos direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político."

A afirmação sintetiza a dimensão da violência produzida pelo regime escravista. Não se tratava apenas da exploração do trabalho, mas da destruição sistemática da autonomia, da identidade e da condição humana daqueles submetidos à escravidão.

Essa condição evidenciava a completa objetificação da população escravizada, reduzida à condição de instrumento de produção econômica. Castigos físicos, jornadas exaustivas de trabalho, separação de famílias e condições precárias de sobrevivência constituíam práticas cotidianas que sustentavam o sistema escravista. Nas regiões

mineradoras como Ouro Preto, a exploração da mão de obra escravizada atingiu níveis ainda mais intensos, pois o elevado ritmo da extração mineral exigia rígido controle sobre os corpos e sobre a produtividade dos trabalhadores escravizados. Conforme analisa Mbembe (2018), o regime escravista não apenas explorava economicamente esses indivíduos, mas também os submetia a um processo sistemático de desumanização, no qual sua existência era reduzida à lógica da dominação e da violência.

> Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico — do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) "racismo" (MBEMBE, 2018, p. 17).

Essa interpretação permite compreender que o racismo não surgiu apenas como consequência da escravidão, mas constituiu um dos principais instrumentos utilizados para legitimá-la. Ao estabelecer distinções entre grupos humanos e atribuir valores diferentes às suas vidas, tornou-se possível justificar a exploração, a violência e a exclusão de milhões de pessoas negras, naturalizando relações profundamente desiguais que continuariam produzindo efeitos muito além do período colonial.

Entretanto, Moura (1988) ressalta que a população negra escravizada não ocupou uma posição passiva diante da opressão, desenvolvendo diversas formas de resistência que se manifestaram por meio de fugas, formação de quilombos e outras estratégias de enfrentamento ao sistema escravista. Ao contrário, os sujeitos escravizados desenvolveram múltiplas estratégias de resistência ao sistema colonial. Rebeliões, fugas individuais e coletivas, formação de quilombos, preservação de práticas culturais africanas e enfrentamentos cotidianos demonstram que o escravismo brasileiro foi marcado por permanentes conflitos sociais. A resistência negra constituiu elemento fundamental na luta contra a escravidão e na construção histórica da população afro-brasileira.

Essas formas de resistência assumiram diversas expressões. Algumas ocorreram de maneira aberta, como revoltas, levantes coletivos e fugas. Outras desenvolveram-se no cotidiano, por meio da desaceleração do trabalho, da sabotagem de instrumentos, da preservação das línguas, das práticas religiosas africanas e da manutenção de vínculos culturais que o sistema buscava destruir. Mesmo submetidos a condições extremas, os sujeitos escravizados encontraram formas de afirmar sua humanidade, preservar suas identidades e construir espaços de autonomia dentro de uma estrutura que pretendia anulá-los.

A existência de quilombos representa uma das expressões mais significativas dessa

resistência. Organizados por negros fugidos do cativeiro, os quilombos constituíam espaços de sociabilidade, proteção e reconstrução de vínculos comunitários. Mais do que locais de refúgio, esses territórios simbolizavam formas alternativas de organização social, baseadas na autonomia e na resistência à ordem escravista. Nesse sentido, Moura (1988) afirma que os quilombos possuíam caráter político, uma vez que questionavam diretamente a legitimidade do sistema colonial escravista.

Ao lado dessas formas organizadas de enfrentamento, inúmeras ações cotidianas demonstravam que a resistência também acontecia em pequenos gestos. A transmissão de conhecimentos entre gerações, a preservação das manifestações religiosas, das práticas musicais, das técnicas agrícolas e dos costumes africanos permitiram que elementos fundamentais dessas culturas sobrevivessem ao processo de escravização. Essas experiências revelam que, mesmo diante da violência sistemática, a população negra foi protagonista de sua própria história, contribuindo decisivamente para a formação da sociedade brasileira.

Na análise de Gorender (2016), o escravismo colonial brasileiro deve ser compreendido como um modo de produção específico, articulado às necessidades do capitalismo mercantil europeu. Para o autor, a escravidão no Brasil não pode ser interpretada apenas como herança cultural ou fenômeno moral, mas como parte de uma estrutura econômica organizada para garantir a acumulação de capital e a exploração colonial.

Essa interpretação evidencia que a escravidão brasileira apresentava características próprias. Diferentemente de outras formas históricas de escravidão, o trabalho compulsório encontrava-se diretamente articulado à produção de mercadorias destinadas ao mercado internacional. Açúcar, ouro e, posteriormente, café tornaram-se produtos fundamentais para a acumulação de capital na Europa, consolidando uma estrutura econômica baseada na concentração fundiária, no fortalecimento das elites agrárias e na dependência da colônia em relação à metrópole portuguesa (GORENDER, 2016).

Ao discutir as formas peculiares da escravidão no Brasil, Gorender (2016) destaca que a organização do trabalho escravo variava de acordo com as atividades econômicas desenvolvidas, assumindo características específicas conforme os setores produtivos e as necessidades da economia colonial. Nesse sentido, o autor demonstra que a utilização da mão de obra escravizada esteve diretamente vinculada à dinâmica de produção voltada para o mercado externo e às particularidades do sistema escravista brasileiro. Nas áreas agrícolas, predominava o trabalho intensivo nos engenhos e plantações, marcado pela disciplina rígida e pela exploração contínua da força de trabalho. Já nas regiões mineradoras, o controle sobre os trabalhadores escravizados assumia características específicas, relacionadas à extração

aurífera e à necessidade de vigilância constante diante da circulação de metais preciosos.

Nas cidades, a escravidão urbana também desempenhou papel importante na dinâmica econômica colonial. Escravizados atuavam como vendedores ambulantes, artesãos, carregadores, cozinheiras, amas de leite e trabalhadores domésticos. Em muitos casos, os senhores permitiam que determinados escravizados realizassem atividades remuneradas, desde que parte significativa dos ganhos fosse entregue ao proprietário. Ainda assim, permanecia a condição fundamental de exploração e ausência de liberdade, uma vez que os sujeitos negros continuavam submetidos ao controle senhorial.

A desumanização da população negra constituía elemento central do escravismo colonial. Conforme afirma Mbembe (2018, p. 29) “A vida do escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte-em-vida.” Os africanos escravizados eram reduzidos à condição de mercadoria, avaliados conforme critérios de força física, idade e capacidade produtiva. O corpo negro transformava-se em instrumento de produção econômica, enquanto sua subjetividade e humanidade eram sistematicamente negadas. Essa lógica contribuiu para a construção de ideologias racistas que buscavam justificar moralmente a escravidão e legitimar a inferiorização da população negra.

> Uma relação desigual é estabelecida ao mesmo tempo em que é afirmada a desigualdade do poder sobre a vida. Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade de seu senhor (MBEMBE, 2018, p. 29).

A citação sintetiza um dos aspectos mais perversos do escravismo colonial: a apropriação integral da vida humana como objeto de propriedade. Não apenas o trabalho, mas a própria existência da pessoa escravizada era submetida aos interesses econômicos do senhor, revelando que a violência do sistema ultrapassava qualquer dimensão exclusivamente produtiva.

A sustentação do escravismo dependia, portanto, da construção de um conjunto de ideias capazes de naturalizar a desigualdade. O racismo desempenhou exatamente essa função. Ao longo do período colonial, consolidou-se um discurso que associava a população negra à inferioridade, legitimando tanto sua exploração quanto sua exclusão dos espaços de poder. Essa construção ideológica permitiu que a escravidão fosse apresentada como algo necessário para o funcionamento da economia colonial, ocultando seu caráter profundamente violento e desumano. Ainda que o sistema escravista tenha sido juridicamente extinto no final do século XIX, muitos dos pressupostos que lhe davam sustentação permaneceram presentes na organização da sociedade brasileira.

A abolição da escravidão em 1888 não representou a inclusão social da população negra na sociedade brasileira. Pelo contrário, o fim jurídico da escravidão ocorreu sem políticas efetivas de reparação, acesso à terra, educação ou trabalho digno para os ex-escravizados. A ausência de medidas de integração social contribuiu para a permanência das desigualdades raciais e para a marginalização da população negra no período pós-abolição.

Esse cenário evidencia que a abolição alterou o aspecto jurídico da escravidão, mas não rompeu com as bases sociais que organizavam as relações raciais no país. As elites econômicas mantiveram sua posição privilegiada, enquanto a população negra permaneceu submetida à pobreza, ao trabalho precário e à marginalização. Dessa forma, muitas das desigualdades observadas na sociedade contemporânea encontram suas raízes justamente nesse processo histórico de exclusão iniciado ainda durante o período colonial.

Nesse sentido, Silvio Almeida (2019) desenvolve o conceito de racismo estrutural para explicar como as desigualdades raciais estão incorporadas às próprias estruturas da sociedade brasileira. Segundo o autor, o racismo não se limita a atitudes individuais preconceituosas, mas organiza o funcionamento das instituições políticas, econômicas e sociais. As relações raciais construídas durante o período escravista continuam influenciando o acesso da população negra a direitos, oportunidades e reconhecimento social.

> O racismo é um processo político. Político porque, como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político; caso contrário, seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros (ALMEIDA, 2019, p. 52).

Essa perspectiva amplia significativamente a compreensão sobre as permanências do escravismo. O racismo deixa de ser entendido apenas como herança histórica para ser reconhecido como elemento constitutivo das relações sociais contemporâneas. Em outras palavras, as desigualdades raciais observadas na educação, no mercado de trabalho, na renda, na saúde, na segurança pública e no acesso aos espaços de decisão não resultam exclusivamente de acontecimentos passados, mas da continuidade de estruturas que permanecem organizando a sociedade brasileira.

Para Almeida (2019), o racismo estrutural manifesta-se nas desigualdades sociais e econômicas que afetam a população negra, evidenciadas pela distribuição desigual da renda, pelas dificuldades de acesso à educação, à saúde e à moradia, bem como pelos elevados índices de violência e encarceramento que atingem esse segmento da população. Nesse sentido, o autor compreende o racismo como um elemento constitutivo das relações sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira. A permanência dessas desigualdades

demonstra que a abolição formal da escravidão não foi suficiente para romper com as estruturas históricas de exclusão racial produzidas pelo escravismo colonial.

Além da dimensão econômica e política, o racismo estrutural também influencia a construção da memória coletiva. As narrativas oficiais da história brasileira frequentemente privilegiam personagens ligados às elites coloniais, aos grandes proprietários e aos símbolos do poder europeu, enquanto a participação da população negra permanece invisibilizada ou tratada de maneira secundária. Esse processo produz uma memória seletiva, na qual determinados acontecimentos são celebrados, enquanto outros permanecem silenciados.

> A permanência do racismo exige, em primeiro lugar, a criação e a recriação de um imaginário social em que determinadas características biológicas ou práticas culturais sejam associadas à raça e, em segundo lugar, que a desigualdade social seja naturalmente atribuída à identidade racial dos indivíduos ou, de outro modo, que a sociedade se torne indiferente ao modo com que determinados grupos raciais detêm privilégios (ALMEIDA, 2019, p. 74).

Essa reflexão permite compreender que a disputa pela memória constitui também uma disputa pelo reconhecimento histórico. Quando o protagonismo da população negra é reduzido ou omitido, reforçam-se interpretações que dificultam a compreensão das verdadeiras bases sobre as quais se estruturou a sociedade brasileira.

No caso de cidades históricas como Ouro Preto, a valorização do patrimônio arquitetônico colonial muitas vezes ocorre desvinculada da crítica às violências do escravismo. Igrejas, casarões e minas são frequentemente apresentados como símbolos culturais e turísticos, enquanto as experiências da população negra escravizada permanecem secundarizadas nas narrativas oficiais. Tal processo evidencia como a memória social pode atuar na reprodução do racismo estrutural e na romantização do período colonial.

A suavização da escravidão manifesta-se de diferentes formas na sociedade contemporânea, seja por meio da estetização do período colonial, seja pela transformação de espaços marcados pelo sofrimento e pela exploração da população negra em produtos turísticos descontextualizados. Além disso, essa romantização se expressa na difusão de narrativas que retratam as relações entre senhores e escravizados como harmoniosas e paternalistas, reforçando a ideia de uma escravidão supostamente mais "branda" no Brasil. Tais interpretações contribuem para minimizar a violência física, psicológica e simbólica inerente ao sistema escravista, bem como para fortalecer o mito da democracia racial, segundo o qual a convivência entre diferentes grupos raciais teria ocorrido de forma pacífica e sem conflitos. A ausência de uma reflexão crítica acerca da violência escravista favorece a banalização das marcas deixadas pela escravidão e dificulta o enfrentamento das

desigualdades raciais que ainda estruturam a sociedade brasileira.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender o escravismo não como fenômeno isolado do passado, mas como estrutura histórica cujos efeitos permanecem ativos na organização da sociedade brasileira. As desigualdades raciais contemporâneas, o genocídio da juventude negra, a precarização das condições de vida da população negra e a sub-representação nos espaços de poder possuem raízes profundas no processo histórico de escravidão e exclusão social.

A reflexão crítica sobre o escravismo brasileiro também exige reconhecer o protagonismo histórico da população negra na construção do país. Apesar da violência do sistema colonial, os sujeitos negros desenvolveram formas de resistência, organização coletiva e produção cultural fundamentais para a constituição da identidade brasileira. As manifestações religiosas, culturais, linguísticas e políticas afro-brasileiras representam importantes formas de preservação da memória e enfrentamento do apagamento histórico promovido pelo racismo.

Assim, compreender o escravismo no Brasil implica analisar suas múltiplas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais, reconhecendo que suas consequências permanecem estruturando as relações sociais contemporâneas. O debate sobre escravidão e racismo estrutural torna-se essencial para a construção de perspectivas críticas comprometidas com a valorização da memória negra, com a justiça social e com o enfrentamento das desigualdades históricas produzidas pelo colonialismo e pela escravidão.

Considerando a centralidade da escravidão na formação social brasileira e seus desdobramentos na produção das desigualdades raciais, torna-se fundamental compreender como esses processos se materializaram em contextos específicos. Nesse sentido, a análise da formação histórica de Ouro Preto possibilita identificar a influência da economia mineradora e do trabalho escravizado na constituição da cidade, bem como evidenciar as relações sociais, políticas e culturais estabelecidas durante o período colonial. Assim, o estudo da trajetória histórica de Ouro Preto contribui para a compreensão das permanências e contradições que marcaram a formação da sociedade brasileira e suas expressões na contemporaneidade.

1.2 Ouro Preto e a centralidade da população negra na formação da cidade

A história de Ouro Preto está profundamente entrelaçada à própria formação do Brasil colonial. O surgimento da cidade não ocorreu por acaso nem foi resultado de um crescimento

urbano espontâneo. Sua origem está diretamente ligada à descoberta das jazidas de ouro nas Minas Gerais, no final do século XVII, acontecimento que transformou uma região até então pouco ocupada em um dos principais centros econômicos do Império Português.

A notícia da abundância do ouro espalhou-se rapidamente pela colônia e pela metrópole, provocando uma intensa migração para o interior mineiro. Portugueses, comerciantes, aventureiros, funcionários da Coroa e milhares de africanos trazidos compulsoriamente pelo tráfico transatlântico passaram a ocupar o território, modificando completamente sua dinâmica social e econômica. Nesse cenário nasceu a antiga Vila Rica, posteriormente denominada Ouro Preto, que logo assumiria posição estratégica na administração colonial.

Mais do que um núcleo urbano, Vila Rica tornou-se um importante instrumento de controle da Coroa portuguesa. Era dali que se organizavam a fiscalização da mineração, a cobrança de impostos e o gerenciamento da riqueza extraída das minas. Essa configuração confirma a interpretação de Caio Prado Jr., para quem a colonização portuguesa foi estruturada essencialmente em torno da exploração econômica do território, subordinando a ocupação do espaço aos interesses do sistema colonial e do mercado europeu.

Entretanto, compreender o nascimento de Vila Rica apenas sob a perspectiva econômica significa deixar de lado seu elemento mais decisivo: o trabalho da população negra escravizada. A cidade foi literalmente construída pelos corpos e pelas mãos de homens e mulheres africanos que chegaram à região privados de sua liberdade. Foram eles que abriram caminhos, ergueram edificações, exploraram as minas, transportaram mercadorias e sustentaram o cotidiano urbano que permitiu à cidade alcançar prosperidade.

Segundo estudos demográficos e históricos, a região mineradora mineira tornou-se um dos principais destinos do tráfico de africanos escravizados nas Américas, concentrando uma população negra extremamente significativa durante o ciclo do ouro (PÉREZ, 2023). Em diversos momentos do século XVIII, a população negra — composta por africanos escravizados, libertos e descendentes — ultrapassa numericamente a população branca em várias localidades mineradoras, incluindo Vila Rica. Esse dado revela que a cidade foi estruturada não apenas com presença negra, mas fundamentalmente a partir dela.

Sob essa perspectiva, torna-se inadequado afirmar apenas que havia população negra em Ouro Preto. A própria constituição da cidade dependeu diretamente do trabalho, dos conhecimentos e da presença desses sujeitos. Cada rua aberta, cada igreja construída, cada ponte, cada chafariz e cada galeria escavada remetem ao esforço cotidiano daqueles que sustentaram a economia mineradora sob condições extremas de exploração.

O processo de ocupação de Minas Gerais foi impulsionado pelo aumento do tráfico transatlântico de africanos, articulado aos interesses econômicos do capitalismo mercantil europeu. A escravidão tornou-se o eixo central da economia colonial, sendo responsável pela produção de riquezas que sustentavam a Coroa portuguesa e suas elites locais. Conforme Jacob Gorender, o escravismo colonial brasileiro constituiu um modo de produção específico, estruturado para atender às demandas de acumulação de capital do sistema colonial europeu, sendo a exploração da força de trabalho negra seu elemento central (GORENDER, 2016).

A fundação de Vila Rica ocorreu em um território marcado por disputas entre diferentes grupos sociais e econômicos. A descoberta do ouro na região do atual município de Ouro Preto desencadeou conflitos conhecidos como Guerra dos Emboabas (1707–1709), que evidenciaram as tensões entre paulistas, portugueses e outros grupos interessados na exploração mineral. A solidificação da supremacia portuguesa na área resultou na formalização da gestão colonial e no aumento do controle sobre a extração de ouro, destacando a relevância estratégica da cidade no contexto colonial.

Enquanto o poder colonial fortalecia suas estruturas, a cidade crescia de maneira acelerada. A ocupação ocorreu sobre um relevo acidentado, caracterizado por morros, encostas e vales, dando origem a uma configuração urbana singular. Entretanto, essa expansão não ocorreu de maneira igualitária. Assim como em outras cidades coloniais, o espaço urbano refletia a própria organização da sociedade escravista. As áreas mais valorizadas concentravam residências das elites, edifícios administrativos e templos religiosos, enquanto a população negra, escravizada ou liberta, ocupava posições social e espacialmente marginalizadas.

A expansão da mineração nas Minas Gerais, especialmente ao longo do século XVIII, esteve diretamente condicionada à utilização da mão de obra africana escravizada, que constituiu a principal força de trabalho responsável pela extração aurífera e diamantífera. Nas frentes de mineração, homens, mulheres e crianças eram submetidos a extensas jornadas de trabalho em galerias subterrâneas, leitos de rios e encostas, desenvolvendo suas atividades em condições marcadas pela intensa exploração, pela precariedade e pela constante exposição a acidentes, doenças e elevadas taxas de mortalidade. A elevada demanda por produtividade fazia com que o corpo da população escravizada fosse tratado como instrumento indispensável para a manutenção da economia colonial, evidenciando a centralidade do trabalho compulsório na acumulação de riquezas da Coroa portuguesa e das elites mineradoras (SOUZA, 2004; MOURA, 1992).

Entretanto, a contribuição da população negra não se restringia às atividades de extração mineral. Conforme observa Souza (2004), a dinâmica urbana de Vila Rica também dependia amplamente do trabalho desempenhado por pessoas escravizadas, que exerciam funções como carregadores, artesãos, trabalhadores domésticos, vendedores ambulantes, construtores e comerciantes. A intensa circulação desses trabalhadores pelas ruas da cidade demonstra que sua participação era indispensável para o funcionamento das atividades econômicas, sociais e administrativas do núcleo urbano. Nesse sentido, o desenvolvimento de Vila Rica esteve profundamente alicerçado no trabalho da população negra, cuja presença estruturava não apenas a produção mineral, mas também a organização cotidiana da vida urbana, embora sua contribuição tenha sido historicamente invisibilizada pela historiografia tradicional (SOUZA, 2004; MOURA, 1983).

A população africana trazida para Minas Gerais era oriunda de diferentes regiões do continente africano, especialmente da África Centro-Ocidental (Angola, Congo e Benguela) e da Costa da Mina. Esses grupos traziam consigo conhecimentos técnicos relacionados à mineração, agricultura, metalurgia e organização social. Estudos históricos indicam que muitos africanos possuíam experiência prévia em mineração aurífera, o que contribuiu diretamente para o desenvolvimento das técnicas utilizadas na exploração do ouro em Minas Gerais (COSTA, 1984).

A cidade de Vila Rica tornou-se, ao longo do século XVIII, um dos maiores centros urbanos da América portuguesa. Sua importância econômica estava diretamente relacionada à produção aurífera, que alimentava os cofres da Coroa portuguesa por meio da cobrança de impostos como o quinto do ouro. Essa riqueza, no entanto, foi produzida por meio da exploração intensa da população negra escravizada, que não recebia qualquer forma de remuneração ou reconhecimento pelo trabalho realizado.

Na sociedade mineradora de Vila Rica, as mulheres negras exerceram funções indispensáveis para o desenvolvimento econômico e para a organização da vida urbana. Além das atividades desempenhadas nos domicílios senhoriais, muitas trabalhavam no comércio de alimentos e mercadorias, circulando pelos espaços públicos como quitandeiras e contribuindo para o abastecimento da população. Outras participavam das atividades ligadas à mineração, sobretudo na lavagem e seleção do ouro, colocando em prática conhecimentos adquiridos ao longo da experiência cotidiana do trabalho. Entretanto, sua atuação não pode ser compreendida apenas sob a perspectiva econômica. A condição das mulheres negras durante o regime escravista foi marcada pela sobreposição de diferentes formas de opressão, uma vez que a exploração de sua força de trabalho era acompanhada pela violência de

gênero, pelo controle de seus corpos e pela negação de sua humanidade. Nessa perspectiva, Gonzalez (2022) evidencia que o racismo e o sexismo atuam de forma articulada na constituição da experiência histórica das mulheres negras, atribuindo-lhes posições de subalternidade que ultrapassam o período da escravidão e permanecem presentes nas estruturas sociais brasileiras. Apesar dessas condições, essas mulheres desempenharam papel fundamental na preservação de saberes culturais, no fortalecimento dos vínculos comunitários e na construção de estratégias de resistência que contribuíram para a sobrevivência e a continuidade das tradições afro-brasileiras.

A estrutura social de Vila Rica era profundamente hierarquizada e racializada. No topo da sociedade encontravam-se as elites coloniais, compostas por administradores, comerciantes e grandes proprietários. Na base da estrutura social estava a população negra escravizada, que constituía a maior parte da força de trabalho da cidade. Entre esses dois polos, havia ainda uma população de libertos e mestiços, que ocupavam posições intermediárias, embora continuassem submetidos a formas de discriminação racial.

Apesar da violência do sistema escravista, a população negra desenvolveu múltiplas formas de resistência em Vila Rica. Segundo Clóvis Moura, o escravismo brasileiro foi marcado por conflitos constantes entre senhores e escravizados, sendo a resistência negra elemento estrutural da dinâmica social colonial (MOURA, 2014). Em Minas Gerais, essas resistências incluíam fugas, formação de quilombos, revoltas, sabotagens do trabalho e preservação de práticas culturais africanas.

Os quilombos desempenharam papel fundamental na resistência ao sistema escravista nas regiões mineradoras. Estudos demonstram que os quilombos mineiros não eram espaços isolados, mas comunidades organizadas que mantinham relações econômicas e sociais com a sociedade colonial (GUIMARÃES, 1988). Em muitos casos, esses territórios desenvolviam atividades agrícolas e até mesmo mineração clandestina, representando formas concretas de oposição ao sistema escravista.

Outro elemento central da organização social de Vila Rica foram as irmandades religiosas negras. Instituições como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a Irmandade de Santa Efigênia desempenharam papel fundamental na vida da população negra escravizada e liberta. Essas irmandades funcionavam como espaços de apoio mútuo, sociabilidade, práticas religiosas e resistência cultural. Por meio delas, a população negra conseguia preservar elementos de suas culturas africanas e construir redes de solidariedade em um contexto de extrema opressão.

As igrejas construídas por essas irmandades representam marcos importantes da

presença negra na constituição da cidade. A Igreja de Santa Efigênia, por exemplo, é frequentemente associada à participação direta de trabalhadores negros em sua construção, simbolizando a centralidade da população africana na produção do patrimônio histórico de Ouro Preto.

Apesar dessa centralidade histórica, a memória oficial sobre a cidade foi construída, durante muito tempo, a partir de uma perspectiva eurocêntrica e elitizada. A valorização do barroco mineiro, dos artistas coloniais e dos movimentos políticos das elites, como a Inconfidência Mineira, contribuiu para a invisibilização da participação da população negra na construção da cidade. Esse processo de apagamento histórico está diretamente relacionado às estruturas do racismo na produção da memória social.

A análise da formação social brasileira exige compreender que o racismo não se manifesta apenas nas relações interpessoais, mas integra a própria organização das instituições e das narrativas históricas. Para Almeida (2019), o racismo constitui um componente estrutural da sociedade, sendo responsável por reproduzir desigualdades e estabelecer quais grupos sociais ocupam posições de visibilidade ou de marginalização. Sob essa perspectiva, a limitada presença da população negra nos discursos históricos sobre Ouro Preto reflete um processo contínuo de seleção da memória coletiva, no qual determinadas experiências e sujeitos foram sistematicamente excluídos dos registros oficiais. Esse apagamento histórico contribui para ocultar a participação decisiva da população negra na construção econômica, social e cultural da antiga capital mineira, reforçando interpretações que minimizam seu protagonismo na formação da cidade e, consequentemente, na própria história do Brasil.

A patrimonialização de Ouro Preto ao longo do século XX reforçou sua imagem como símbolo do barroco mineiro e da história oficial da colonização portuguesa. O reconhecimento da cidade como patrimônio histórico nacional e posteriormente como patrimônio cultural da humanidade consolidou sua importância turística e cultural. No entanto, esse processo muitas vezes reforçou uma narrativa romantizada do período colonial, na qual a escravidão aparece de forma secundária ou descontextualizada.

Nesse contexto, espaços marcados pela exploração da população negra foram transformados em atrativos turísticos, muitas vezes sem a devida problematização das violências históricas que os originaram. A estetização do passado colonial contribui para a naturalização da desigualdade racial e para o apagamento da centralidade da população negra na construção da cidade.

Nas últimas décadas, a produção acadêmica e as reivindicações dos movimentos

negros têm promovido uma revisão crítica das narrativas tradicionais sobre a formação histórica de Ouro Preto, propondo interpretações que reconhecem a participação da população negra como elemento central na construção da cidade. De acordo com Munanga (2020), a valorização das contribuições africanas e afro-brasileiras representa um passo fundamental para o enfrentamento das distorções históricas produzidas por perspectivas eurocêntricas que, durante muito tempo, invisibilizaram o protagonismo negro. Nessa mesma direção, Almeida (2019) argumenta que o racismo estrutural influencia não apenas as relações sociais, mas também os processos de produção do conhecimento e de preservação da memória coletiva, contribuindo para o silenciamento das experiências da população negra. Assim, compreender a trajetória histórica de Ouro Preto exige reconhecer que o desenvolvimento econômico, urbano e cultural da antiga Vila Rica esteve profundamente vinculado ao trabalho, aos saberes e às estratégias de resistência da população africana escravizada e de seus descendentes, cuja atuação foi decisiva para a constituição do patrimônio histórico e cultural brasileiro.

Dessa forma, compreender a formação de Ouro Preto exige reconhecer que sua riqueza material, sua arquitetura e sua importância histórica foram produzidas a partir da exploração sistemática da população negra escravizada. Ao mesmo tempo, sua história também é marcada por resistências, saberes, culturas e formas de organização desenvolvidas pela população afrodescendente, que permanece como elemento fundamental da identidade da cidade.

1.3 A categoria "gourmetização" como instrumento analítico para a compreensão da memória da escravidão

A palavra "gourmetização" tornou-se amplamente difundida nas últimas décadas, sobretudo a partir das transformações ocorridas nos padrões de consumo e nas formas contemporâneas de atribuição de valor aos produtos e às experiências sociais. Derivada do termo francês *gourmet*, originalmente relacionado ao conhecimento refinado sobre alimentos e bebidas, a expressão passou a ser associada à ideia de sofisticação, exclusividade e diferenciação de produtos tradicionalmente considerados simples ou populares.

> (...) destaca que ‘gourmet’ era utilizado para os consumidores sensatos, ou seja, aqueles que se interessam pelo que comem e pelo que bebem, “fazendo julgamentos de qualidade sobre tudo, como a palavra gastrônomo” (PITTE, 1993 apud PECCINI, 2013, p. 210).

Conforme observa Costa (2012), a gourmetização constitui um processo social que

expressa mudanças mais amplas nas formas de consumo e nas estratégias de valorização simbólica características da contemporaneidade. Nesse sentido, diferentes manifestações culturais, espaços urbanos, tradições populares e referências históricas podem ser submetidos a processos semelhantes de ressignificação.

Inicialmente vinculada ao universo gastronômico, a gourmetização ganhou notoriedade por meio da transformação de alimentos cotidianos em produtos dotados de maior valor simbólico e econômico. Receitas simples passaram a ser reformuladas e apresentadas sob uma nova estética, acompanhadas de estratégias de marketing e de narrativas voltadas para a valorização da experiência de consumo. Nesse processo, produtos historicamente acessíveis e populares passaram a ser revestidos por elementos de exclusividade, adquirindo novos significados e novos valores de mercado.

Entretanto, a expansão da utilização do termo revelou que a gourmetização não se limita ao campo da alimentação. Gradualmente, a expressão passou a ser empregada para designar fenômenos mais amplos, relacionados à capacidade da sociedade contemporânea de transformar objetos, práticas culturais, tradições e experiências coletivas em produtos passíveis de consumo. Dessa forma, a gourmetização passou a representar um processo de ressignificação marcado pela atribuição de novos sentidos estéticos, simbólicos e econômicos a elementos anteriormente inseridos em outros contextos históricos e sociais.

Conforme argumenta Palmieri Junior (2016), ainda que determinados produtos e experiências tenham se tornado mais acessíveis a diferentes grupos sociais, a capacidade de reconhecê-los e atribuir-lhes significados específicos continua funcionando como um mecanismo de distinção e hierarquização social. Nesse sentido, não é apenas o poder aquisitivo que possibilita o acesso a esses bens, mas também a posse de um determinado capital cultural, responsável por orientar as formas de interpretação, consumo e comunicação desses elementos.

Partindo dessa perspectiva, compreende-se, para os propósitos deste estudo, que a gourmetização corresponde ao processo pelo qual um produto, prática ou experiência é submetido a transformações que lhe conferem uma aparência de maior sofisticação e exclusividade, agregando valor simbólico e econômico e distinguindo-o de outros produtos ou manifestações similares disponíveis no mercado.

> (...) mesmo quando a palavra/ideia “gourmet” não é usada, ou mesmo que ela caia em desuso para designar um produto de alta qualidade, o importante é assinalar que a tendência de “gourmetização” faz parte de um processo maior, que é de segmentação dos mercados. Isto, por sua vez, está alinhado com a ampliação da diferenciação social existente na sociedade capitalista, sendo convergente com outros conceitos e discursos que contribuem para a continuidade da dinâmica de

> criação de privilégios sociais (PALMIERI JUNIOR, 2016, p. 37).

Nesse sentido, a gourmetização pode ser compreendida como um fenômeno caracterizado por alguns princípios fundamentais. O primeiro deles corresponde à valorização da estética e da aparência. Em sociedades marcadas pela centralidade da imagem e pela expansão das formas de consumo, os elementos visuais e simbólicos assumem importância significativa na produção de valor. Assim, produtos, espaços e experiências passam a ser reorganizados de forma a tornarem-se mais atrativos e adequados às exigências do mercado.

Outro princípio fundamental refere-se à ressignificação dos significados originais. A gourmetização implica um deslocamento dos sentidos historicamente atribuídos aos objetos e práticas sociais, promovendo a construção de novas interpretações que privilegiam aspectos associados à sofisticação, à exclusividade e ao valor cultural. Esse processo não elimina completamente os significados anteriores, mas os reorganiza segundo novas demandas sociais e econômicas.

Além disso, a gourmetização está associada à atribuição de valor simbólico. Conforme demonstram diferentes estudos no campo das Ciências Sociais, os bens de consumo não possuem apenas uma dimensão material, mas carregam valores culturais e simbólicos que influenciam as formas pelas quais são percebidos e apropriados pelos indivíduos. Assim, o valor de determinados produtos ou experiências não decorre exclusivamente de suas características concretas, mas também das representações e narrativas socialmente construídas em torno deles.

Outro aspecto importante refere-se ao processo de mercantilização. A gourmetização expressa a capacidade do mercado de incorporar diferentes elementos da vida social e convertê-los em mercadorias. Nesse contexto, práticas culturais, tradições populares, espaços urbanos e referências históricas podem ser apropriados e reorganizados segundo a lógica do consumo, tornando-se objetos de valorização econômica e simbólica.

Sob essa perspectiva, a gourmetização revela características próprias das sociedades capitalistas contemporâneas, nas quais a produção de valor ultrapassa a esfera estritamente material e alcança dimensões culturais, afetivas e simbólicas. A expansão da lógica mercantil evidencia que não apenas os objetos físicos, mas também as experiências, as memórias e as identidades podem ser submetidas a processos de valorização econômica.

Ao mesmo tempo, a gourmetização também se relaciona à construção de narrativas capazes de tornar determinados elementos mais atrativos ao consumo. A elaboração dessas narrativas frequentemente privilegia aspectos positivos, estéticos e culturalmente

valorizados, enquanto elementos associados às contradições, aos conflitos e às formas de violência tendem a ser minimizados ou silenciados. Dessa maneira, os processos de ressignificação podem produzir interpretações parciais e seletivas da realidade social.

> Quanto mais valor atribuído, mais comercializáveis e mantidos ficam os objetos de memória. Essa passa a ser uma crítica à indústria de bens rentáveis da cultura, numa verdadeira "indústria cultural", onde os sentidos são (re)inventados para dar seguimento e sentido aos lugares, diferenciando-os dos demais, criando uma ambientação para o consumo (ANGELO e CORNER, 2016, p. 153).

É importante destacar que a utilização do termo gourmetização não se restringe à descrição de fenômenos relacionados ao consumo alimentar. Seu emprego em diferentes áreas do conhecimento revela a possibilidade de compreender processos mais amplos de estetização e mercantilização presentes na sociedade contemporânea. A expansão do turismo cultural, a valorização econômica dos centros históricos, a transformação de práticas culturais em produtos e a crescente importância do patrimônio como recurso econômico são exemplos de fenômenos que podem ser analisados a partir dessa perspectiva.

Assim, a gourmetização pode ser entendida como uma manifestação das transformações ocorridas nas formas contemporâneas de produção e consumo, caracterizadas pela crescente valorização da dimensão simbólica e pela capacidade do mercado de incorporar elementos culturais e históricos aos seus mecanismos de reprodução.

Nesse contexto, a memória coletiva e o patrimônio histórico também se tornam suscetíveis aos processos de ressignificação e mercantilização. As formas pelas quais determinados acontecimentos são lembrados, representados e apropriados socialmente passam a ser influenciadas por interesses econômicos, culturais e políticos, revelando que a construção da memória não constitui um processo neutro, mas uma realidade permanentemente atravessada por disputas e contradições.

É justamente a partir dessa compreensão ampliada do conceito de gourmetização que a presente pesquisa propõe a utilização da expressão "gourmetização da escravidão" como categoria analítica para a interpretação dos processos contemporâneos de apropriação e representação do passado escravista na cidade de Ouro Preto. A adoção desse termo não possui como finalidade banalizar a violência inerente ao sistema escravista, tampouco minimizar os impactos sociais, econômicos, culturais e raciais produzidos por mais de três séculos de escravidão no Brasil. Ao contrário, sua utilização parte da necessidade de problematizar as formas pelas quais a memória desse passado pode ser ressignificada e incorporada às dinâmicas contemporâneas de valorização econômica, cultural e turística.

A escolha da categoria busca evidenciar que a escravidão, além de constituir um

fenômeno histórico fundamental para a compreensão da formação social brasileira, também se insere em um campo de disputas em torno da memória, do patrimônio e das narrativas construídas sobre o passado. Nesse sentido, determinadas representações da experiência escravista podem privilegiar aspectos relacionados ao valor artístico, arquitetônico e turístico dos espaços históricos, enquanto os processos de exploração, violência, resistência e desumanização vivenciados pela população negra tendem, em muitos casos, a ocupar posições secundárias nessas narrativas.

Desse modo, a utilização da expressão "gourmetização da escravidão" pretende chamar atenção para os mecanismos pelos quais experiências historicamente marcadas pela dor, pela opressão e pela exploração podem ser submetidas a processos de estetização e mercantilização, tornando-se objetos de consumo cultural e turístico. Trata-se, portanto, de uma categoria crítica que procura evidenciar as contradições existentes entre a preservação da memória histórica e sua incorporação às dinâmicas de mercado características das sociedades contemporâneas.

A escolha do termo gourmetização fundamenta-se na compreensão de que a lógica mercantil, própria do capitalismo contemporâneo, possui a capacidade de atribuir novos significados e valores aos mais diversos elementos da vida social. Nesse contexto, não apenas produtos materiais, mas também manifestações culturais, espaços urbanos, tradições e memórias coletivas podem ser apropriados e transformados em mercadorias dotadas de valor simbólico e econômico. Tal processo demonstra que as relações entre memória e mercado são marcadas por tensões e ambiguidades, uma vez que a valorização cultural de determinados bens históricos pode coexistir com a simplificação ou o obscurecimento das relações sociais que lhes deram origem.

Assim, a utilização da categoria "gourmetização da escravidão" constitui uma tentativa de estabelecer um diálogo entre passado e presente, evidenciando como os mecanismos contemporâneos de consumo e produção simbólica podem influenciar as formas de construção da memória coletiva. Ao empregar essa expressão, pretende-se desenvolver uma leitura crítica das relações entre patrimônio, turismo, mercado e memória, buscando compreender de que maneira o passado escravista é representado, apropriado e ressignificado na cidade de Ouro Preto.

Longe de significar uma relativização da violência escravista, a utilização dessa categoria representa uma crítica aos processos de romantização, espetacularização e suavização da história, reafirmando a necessidade de uma abordagem comprometida com a totalidade histórica e com o reconhecimento do papel central desempenhado pela população

negra na constituição da riqueza econômica, cultural e patrimonial brasileira. Dessa forma, a categoria proposta pretende contribuir para uma reflexão crítica acerca das permanências do racismo estrutural e das disputas em torno da memória da escravidão na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, a escolha da categoria "gourmetização da escravidão" busca evidenciar que a escravidão, para além de constituir um elemento central da formação econômica e social brasileira, também se insere em um complexo processo de elaboração da memória coletiva. Em cidades históricas como Ouro Preto, cuja riqueza arquitetônica, artística e cultural está profundamente relacionada ao trabalho compulsório da população negra escravizada, as disputas em torno da memória assumem particular relevância. Frequentemente, as narrativas construídas acerca desse passado privilegiam a dimensão estética do patrimônio, a grandiosidade das obras e a importância turística dos espaços históricos, enquanto os processos de exploração, violência, resistência e luta da população negra tendem a ser secundarizados ou apresentados de maneira superficial.

Trata-se, portanto, de uma tentativa de evidenciar as contradições existentes entre preservação patrimonial, valorização econômica e compromisso com uma memória histórica capaz de reconhecer o protagonismo da população negra e as permanências das desigualdades raciais na sociedade brasileira contemporânea.

2. MANIFESTAÇÕES DO RACISMO ESTRUTURAL EM OURO PRETO: O FENÔMENO DA GOURMETIZAÇÃO.

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, por compreender que as representações sobre a escravidão e a memória social constituem fenômenos que exigem interpretação crítica de seus significados e de suas formas de construção. Para o desenvolvimento da análise, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre memória social, patrimônio cultural, turismo, racismo estrutural e relações étnico-raciais, complementado por pesquisa documental em materiais institucionais, páginas oficiais de atrativos turísticos e conteúdos destinados à divulgação do patrimônio histórico de Ouro Preto. Além disso, a pesquisa contou com observações realizadas em campo, por meio de visitas aos principais espaços turísticos e de memória do município, oportunidade em que também foram estabelecidos diálogos informais com moradores locais. Essas vivências possibilitaram compreender diferentes percepções acerca da história, da memória e das formas de representação da escravidão presentes na cidade, contribuindo para

uma análise mais contextualizada e articulada com a realidade observada.

A partir desse levantamento, foi elaborado um quadro analítico contendo os principais espaços que integram o circuito turístico do município, considerando sua relevância histórica, cultural e simbólica. A seleção contemplou museus, igrejas, minas, praças, bairros históricos, feiras de artesanato, manifestações culturais, comunidades quilombolas e equipamentos culturais. A escolha desses locais fundamentou-se em sua expressiva presença nos roteiros turísticos da cidade e em sua capacidade de evidenciar as diferentes formas pelas quais a memória do período escravista é construída, apresentada e apropriada pelos visitantes.

As minas foram incluídas por representarem espaços diretamente relacionados à exploração aurífera que impulsionou o desenvolvimento econômico da antiga Vila Rica. Esses ambientes constituem testemunhos materiais do sistema colonial e permitem compreender que a riqueza produzida durante o ciclo do ouro esteve profundamente vinculada ao trabalho compulsório da população negra escravizada. Dessa forma, sua análise possibilita identificar se as narrativas destinadas ao público enfatizam apenas os aspectos técnicos e econômicos da mineração ou se contextualizam as condições de exploração, violência e resistência que marcaram esse processo histórico.

Os espaços religiosos também foram incorporados ao estudo devido à sua relevância na constituição do patrimônio histórico de Ouro Preto e à estreita relação que mantêm com a organização social do período colonial. Igrejas como a de Nossa Senhora do Pilar, São Francisco de Assis e Nossa Senhora do Rosário dos Pretos revelam diferentes experiências sociais, políticas e religiosas vivenciadas na época. Enquanto algumas simbolizam o poder econômico e político das elites coloniais, outras evidenciam formas de organização, resistência e preservação da identidade cultural da população negra, especialmente por meio das irmandades religiosas. A análise desses espaços permite compreender como os discursos turísticos podem tanto reforçar interpretações críticas acerca da escravidão quanto privilegiar abordagens centradas exclusivamente na arquitetura, na arte barroca ou na dimensão estética do patrimônio.

A análise do material foi orientada pela identificação das narrativas predominantes presentes em cada atrativo turístico, buscando verificar como a memória da escravidão é representada no circuito turístico de Ouro Preto. Para isso, foram considerados aspectos como a valorização estética do patrimônio, a contextualização histórica do trabalho escravizado, a presença ou ausência do protagonismo da população negra, os processos de invisibilização da violência escravista e as possíveis manifestações de mercantilização da

memória. A comparação entre os diferentes espaços possibilitou identificar permanências e contrastes nas formas de representação do passado, evidenciando que parte significativa dos atrativos privilegia discursos voltados à contemplação patrimonial e ao consumo turístico, enquanto outros promovem uma abordagem mais crítica sobre a escravidão, a resistência negra e o racismo estrutural. Assim, a metodologia adotada permitiu compreender como diferentes elementos do patrimônio histórico participam da construção da memória coletiva e das disputas em torno das narrativas sobre o passado escravista no município.

As heranças do escravismo e das desigualdades raciais historicamente constituídas se expressam de diferentes formas na contemporaneidade, inclusive nos processos de ressignificação e apropriação dos espaços urbanos e das manifestações culturais. Nesse contexto, torna-se relevante analisar como o racismo estrutural se manifesta no município de Ouro Preto, especialmente por meio do fenômeno da gourmetização, entendido como um processo que, ao mesmo tempo em que valoriza determinados elementos culturais e históricos, pode contribuir para a descaracterização de suas origens, para a mercantilização de práticas e tradições vinculadas à população negra e para a invisibilização das relações de exploração e resistência que marcaram a formação da cidade. Dessa forma, a compreensão desse fenômeno possibilita refletir criticamente sobre as permanências das desigualdades raciais e seus impactos na construção da memória e da identidade coletiva.

As desigualdades raciais produzidas ao longo da formação sócio-histórica brasileira não se restringem ao passado escravista, mas se reproduzem por meio de diferentes mecanismos presentes na contemporaneidade. No contexto de Ouro Preto, cidade marcada pela exploração do trabalho escravizado e pelo reconhecimento de seu patrimônio histórico e cultural, observa-se a emergência de processos de ressignificação e mercantilização de práticas, espaços e manifestações culturais que suscitam importantes reflexões acerca das permanências do racismo estrutural. Nesse sentido, este capítulo busca analisar de que maneira o fenômeno da gourmetização pode contribuir para a invisibilização das origens negras de determinados elementos culturais e para a reprodução de desigualdades históricas, evidenciando as contradições existentes entre a valorização patrimonial e a preservação da memória e das experiências da população negra.

2.1 A herança racista e a gourmetização

A mercantilização da cultura afro-brasileira constitui um fenômeno diretamente relacionado às permanências do racismo estrutural na sociedade contemporânea. Conforme

analisa Silvio Almeida (2019), o racismo não deve ser compreendido apenas como um conjunto de práticas individuais ou isoladas, mas como uma estrutura que organiza as relações sociais, econômicas e simbólicas, produzindo hierarquias entre grupos raciais. Nesse sentido, a cultura afrodescendente, historicamente construída a partir de processos de resistência frente à escravidão e ao racismo, é frequentemente inserida em dinâmicas de consumo que descontextualizam suas origens e diluem seu caráter político e histórico.

A lógica da mercantilização ocorre quando elementos da cultura negra passam a ser incorporados ao mercado como produtos culturais, gastronômicos, estéticos ou turísticos, sendo consumidos por camadas sociais que, historicamente, se beneficiam da exclusão da população negra. Esse processo implica uma seletividade na valorização cultural, na qual aspectos da cultura afro-brasileira são aceitos e celebrados apenas quando desprovidos de sua dimensão crítica e de sua relação com a luta histórica da população negra. Assim, ocorre uma ressignificação que, ao mesmo tempo em que visibiliza determinados elementos culturais, contribui para a despolitização de suas origens.

Nesse contexto, a cultura afro-brasileira é frequentemente apropriada como mercadoria simbólica, sendo incorporada a lógicas de consumo que reforçam desigualdades históricas. A culinária, a música, a estética e as expressões religiosas de matriz africana passam a ser consumidas em espaços elitizados, muitas vezes sem o reconhecimento das condições sociais que produziram tais manifestações culturais. Trata-se, portanto, de uma forma de valorização seletiva, na qual a cultura é apreciada enquanto produto, mas não enquanto expressão de um grupo social historicamente marginalizado.

Essa dinâmica evidencia a permanência do racismo estrutural, uma vez que, conforme destaca Almeida (2019), as desigualdades raciais não se manifestam apenas na esfera econômica, mas também na produção simbólica da sociedade. A mercantilização da cultura afro-brasileira, nesse sentido, não rompe com a lógica histórica de subalternização, mas a atualiza sob novas formas, mantendo a assimetria entre aqueles que produzem a cultura e aqueles que dela se apropriam como objeto de consumo.

Dessa forma, compreender a mercantilização da cultura afro-brasileira implica reconhecer que a valorização cultural não necessariamente se traduz em justiça social. Ao contrário, quando descolada de sua dimensão histórica e política, essa valorização pode reforçar mecanismos de apagamento simbólico e de reprodução das desigualdades raciais, evidenciando a continuidade do racismo estrutural na sociedade brasileira.

2.2 As manifestações da gourmetização em Ouro Preto: análise do material mapeado

A compreensão do fenômeno da gourmetização da escravidão no âmbito da gastronomia pressupõe o reconhecimento de que a formação da culinária brasileira está profundamente vinculada aos saberes, técnicas e práticas alimentares desenvolvidas pela população negra escravizada. Durante o período colonial, homens e mulheres africanos e seus descendentes desempenharam papel fundamental na constituição da alimentação nacional, não apenas por meio do preparo dos alimentos, mas também pela adaptação de ingredientes, preservação de conhecimentos culinários e criação de estratégias de subsistência em contextos marcados pela violência da escravidão. Conforme destaca Cascudo (2011), a cozinha brasileira resulta da interação entre diferentes matrizes culturais, sendo a contribuição africana indispensável para a constituição da identidade alimentar do país. Nessa mesma perspectiva, Dória (2014) argumenta que a alimentação deve ser compreendida como expressão das relações históricas, sociais e culturais que estruturam a sociedade brasileira.

No contexto contemporâneo, diversos alimentos e preparações tradicionalmente associados às populações negras têm sido incorporados ao mercado gastronômico por meio de processos de ressignificação que privilegiam a sofisticação estética, a inovação culinária e a valorização comercial. Esse movimento, frequentemente denominado gourmetização, extrapola a simples qualificação técnica dos pratos, pois envolve a atribuição de novos significados e valores econômicos a preparações originalmente relacionadas às experiências de sobrevivência, resistência e criatividade das comunidades afro-brasileiras. Segundo Bourdieu (2007), as práticas de consumo constituem mecanismos de distinção social, nos quais determinados bens culturais são apropriados e reinterpretados de acordo com os interesses dos grupos socialmente privilegiados.

Sob essa perspectiva, a gourmetização pode contribuir para o enfraquecimento das memórias históricas associadas à origem desses alimentos, uma vez que sua inserção em espaços voltados ao turismo e ao consumo de alto padrão frequentemente ocorre dissociada das condições sociais que possibilitaram sua criação. Como observa Hall (2006), os processos de representação cultural são continuamente reconstruídos, podendo tanto preservar quanto ocultar aspectos fundamentais da história dos grupos sociais. Assim, quando elementos da culinária afro-brasileira são transformados em produtos gastronômicos de elevado valor agregado sem o devido reconhecimento de sua historicidade, reforçam-se mecanismos de invisibilização das contribuições da população negra para a formação cultural brasileira.

Considerando esse contexto, esta etapa da pesquisa dedica-se à análise de restaurantes situados em Ouro Preto, Minas Gerais, especialmente aqueles inseridos no circuito turístico do centro histórico. A investigação fundamenta-se na observação dos cardápios disponibilizados pelos estabelecimentos, buscando identificar a presença de preparações relacionadas às tradições culinárias mineira e afro-brasileira. Além da identificação desses pratos, a análise contempla aspectos como sua nomenclatura, formas de apresentação e valores atribuídos, compreendendo que tais elementos revelam processos de valorização mercadológica e possíveis deslocamentos de seus significados históricos e culturais. Para Pollak (1989), a memória coletiva constitui um espaço de disputas simbólicas, no qual determinados elementos são valorizados enquanto outros são silenciados, aspecto que também pode ser observado nas representações da cultura alimentar.

A partir desse procedimento metodológico, os restaurantes analisados constituem o principal material empírico da pesquisa, permitindo estabelecer relações entre os referenciais teóricos sobre memória social, patrimônio cultural, racismo estrutural e cultura alimentar com as práticas observadas no cotidiano urbano de Ouro Preto. Conforme Almeida (2021), o racismo estrutural manifesta-se nas instituições, nas relações sociais e nas formas de produção e circulação dos bens culturais, influenciando inclusive os processos de valorização econômica e simbólica das expressões culturais negras.

Com o propósito de assegurar os princípios éticos da pesquisa qualitativa, optou-se pela utilização de denominações fictícias para os estabelecimentos investigados, identificando-os como Restaurante A, Restaurante B e Restaurante C. Essa estratégia metodológica busca preservar a identidade dos empreendimentos, considerando que o objetivo da investigação não consiste em avaliar individualmente os restaurantes, mas compreender as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que envolvem a circulação, apropriação e ressignificação da culinária de matriz afro-brasileira no contexto da gourmetização.

A adoção de nomenclaturas fictícias também contribui para evitar interpretações de caráter acusatório ou personalista, preservando o foco analítico sobre o fenômeno investigado. Segundo Minayo (2014), a ética em pesquisas qualitativas exige o compromisso com a proteção dos sujeitos e instituições envolvidas, assegurando que a produção do conhecimento não resulte em exposições desnecessárias ou prejuízos aos participantes do estudo.

Além disso, essa escolha metodológica favorece maior liberdade analítica para examinar como diferentes referências da gastronomia afro-brasileira são apropriadas,

reinterpretadas e comercializadas no circuito turístico local. Dessa maneira, torna-se possível discutir criticamente aspectos relacionados à seleção cultural, à construção estética dos pratos e à precificação dos alimentos, evidenciando como determinados elementos da cultura alimentar são convertidos em produtos de consumo sem perder de vista os processos históricos que lhes deram origem.

Por fim, a utilização das denominações Restaurante A, Restaurante B e Restaurante C reforça o compromisso da pesquisa com o rigor metodológico e científico, permitindo concentrar a análise nas relações estruturais que atravessam o fenômeno da gourmetização da cultura alimentar. Sob essa perspectiva, busca-se evidenciar como a mercantilização contemporânea da gastronomia pode reproduzir desigualdades históricas e raciais, ao mesmo tempo em que contribui para a redefinição das memórias e identidades associadas às tradições alimentares afro-brasileiras.

Apêndice A – Cardápios analisados

Restaurante fictício	**Prato analisado**	**Valor (R$)**	**Fonte**
Restaurante A	Linguiça com ovos	68,00	Cardápio do estabelecimento
Restaurante B	Feijão tropeiro (1 pessoa)	74,00	Cardápio do estabelecimento
Restaurante B	Feijão tropeiro (2 pessoas)	139,00	Cardápio do estabelecimento
Restaurante B	Frango com quiabo	161,00	Cardápio do estabelecimento
Restaurante C	Bambá de couve	49,00	Cardápio do estabelecimento
Restaurante C	Sopa de cebola	49,00	Cardápio do estabelecimento

Restaurante C	Sopa de agrião	49,00	Cardápio do estabelecimento
Restaurante C	Canja de galinha	49,00	Cardápio do estabelecimento
Restaurante C	Frango com quiabo	142,00	Cardápio do estabelecimento
Restaurante C	Feijão tropeiro	142,00	Cardápio do estabelecimento
Restaurante C	Tutu à mineira	142,00	Cardápio do estabelecimento
Restaurante C	Arroz de umbigo de banana	89,00	Cardápio do estabelecimento
Restaurante C	Cocada (doces da terra)	34,00	Cardápio do estabelecimento

A fim de complementar a análise realizada, serão apresentadas a seguir imagens dos cardápios dos estabelecimentos selecionados, que compõem o material empírico desta pesquisa. Essas imagens permitem uma visualização mais direta dos dados descritos, especialmente no que se refere à composição dos pratos, às formas de apresentação e à precificação das preparações analisadas. A inserção desse registro visual contribui para fortalecer a interpretação qualitativa desenvolvida, ao possibilitar a articulação entre o conteúdo dos cardápios e as reflexões teóricas sobre gastronomia, gourmetização e racismo estrutural no contexto de Ouro Preto.

- Restaurante A

Linguiça cara preta com ovos ao purgatório

Linguiça de costela Angus grelhada e dourada picante e flor de sal. Finalizada co...



Contém Lactose

Contém glúten

- Restaurante B

Frango com Quiabo



Classico mineiro que une coxa e sobrecoxa de frango, quiabo refogado no ponto certo e angu cremoso. acompanha arroz.

R$ 161,00

De Minas



Um dos pratos mais tradicionais de Minas. Nosso Feijão Tropeiro é feito com feijão vermelho, calabresa, bacon, ovos e farinha de mandioca; vem acompanhado de torresmo de barriga assado a baixa temperatura, uma carne super suculenta e com a pele à pururuca e couve fininha.

Para 1 pessoa R$ 74,00
Para 2 pessoas R$ 139,00

- Restaurante C







A análise dos cardápios dos estabelecimentos selecionados em Ouro Preto evidencia a presença recorrente de preparações associadas à culinária mineira e de matriz afro-brasileira, tais como feijão tropeiro, frango com quiabo, tutu à mineira e canja de galinha, entre outras. Esses pratos, historicamente vinculados à alimentação popular e às práticas culinárias desenvolvidas pela população negra e pelas camadas subalternizadas da sociedade brasileira, aparecem no contexto contemporâneo inseridos em um circuito gastronômico marcado pela valorização turística e pela precificação elevada, especialmente

no centro histórico da cidade.

Sob essa perspectiva, a culinária pode ser entendida como uma importante expressão da cultura afro-brasileira, resultante da preservação de conhecimentos ancestrais, das adaptações impostas pelo contexto escravista e das estratégias de resistência desenvolvidas pela população negra ao longo da história. As práticas alimentares ultrapassam a dimensão biológica da alimentação, constituindo-se como elementos de memória, identidade e continuidade cultural. Nesse sentido, Gonzalez (2020) afirma que a cultura afro-brasileira se manifesta nas experiências cotidianas, sendo a alimentação um dos espaços em que permanecem vivos os saberes, os valores e as referências herdadas das populações africanas e de seus descendentes.

De forma convergente, Freyre (2003) destaca que a formação da culinária brasileira foi profundamente influenciada pelas contribuições africanas, evidenciando que os hábitos alimentares, as técnicas de preparo e o uso de ingredientes incorporados ao cotidiano nacional são resultado da interação entre diferentes matrizes culturais. Assim, a cozinha brasileira pode ser compreendida como um espaço privilegiado de construção da identidade social e cultural, no qual as contribuições da população negra assumem papel fundamental na constituição do patrimônio alimentar do país.

Observa-se que pratos como o feijão tropeiro e o frango com quiabo apresentam variações significativas de preço entre os estabelecimentos analisados, alcançando valores que variam de R$ 74,00 a R$ 161,00, dependendo da porção e do restaurante. Essa variação não se explica apenas por diferenças de preparo ou ingredientes, mas também pela inserção desses alimentos em uma lógica de consumo voltada ao turismo cultural, na qual a gastronomia é convertida em experiência estética e simbólica, frequentemente associada à ideia de tradição e autenticidade.

No contexto da gastronomia contemporânea, a gourmetização pode ser entendida como um processo de transformação de práticas alimentares tradicionalmente populares em produtos dotados de maior valor simbólico e econômico. Essa transformação envolve alterações na apresentação estética dos pratos, na linguagem utilizada para descrevê-los e na forma como são inseridos no mercado consumidor. Entretanto, esse fenômeno ultrapassa a simples valorização da culinária tradicional, pois está associado a mecanismos de distinção social que atribuem diferentes significados aos bens culturais de acordo com o público ao qual são destinados. Conforme argumenta Bourdieu (2007), os hábitos alimentares e as práticas de consumo constituem formas de diferenciação entre os grupos sociais, expressando posições e capitais simbólicos construídos historicamente.

Sob essa perspectiva, torna-se necessário refletir sobre os sujeitos que efetivamente têm acesso aos produtos resultantes desse processo de ressignificação. Questiona-se, portanto, quais segmentos sociais consomem essas preparações e em que medida a população trabalhadora, especialmente aquela historicamente responsável pela preservação e transmissão dos saberes culinários afro-brasileiros e populares, consegue participar desses espaços gastronômicos. Essa problematização evidencia que a alimentação não pode ser analisada apenas como necessidade biológica ou manifestação cultural, mas também como expressão das relações de classe e das desigualdades presentes na sociedade brasileira. Como observa Canclini (2015), os bens culturais são apropriados de maneira desigual pelos diferentes grupos sociais, refletindo estruturas de poder e processos de exclusão.

Outro aspecto identificado refere-se à recorrência de determinadas preparações em diferentes restaurantes analisados, demonstrando que alguns pratos ocupam posição central na construção da identidade gastronômica atribuída à cidade de Ouro Preto. Contudo, a repetição dessas receitas não representa, necessariamente, o reconhecimento de suas origens históricas e sociais. Em muitos casos, verifica-se a incorporação desses alimentos a uma lógica mercadológica que privilegia seu potencial turístico e comercial, relegando a segundo plano as experiências históricas da população negra e das classes populares responsáveis por sua elaboração e difusão. Conforme destaca Hall (2006), as identidades culturais são continuamente reconstruídas por meio de processos de representação que podem tanto preservar quanto ocultar elementos fundamentais da memória coletiva.

Os resultados obtidos permitem compreender que a gastronomia ouro-pretana extrapola a condição de patrimônio cultural e manifesta-se também como um espaço de disputas simbólicas, econômicas e sociais. A valorização comercial de pratos associados às tradições afro-brasileiras, quando desvinculada de uma leitura crítica sobre sua historicidade, pode contribuir para o apagamento das experiências de exploração, resistência e produção cultural que marcaram sua origem. Nesse sentido, a mercantilização da cultura alimentar dialoga com as formas contemporâneas de reprodução do racismo estrutural, uma vez que determinados elementos culturais são valorizados economicamente ao mesmo tempo em que seus sujeitos históricos permanecem invisibilizados. Para Almeida (2021), o racismo estrutural constitui um mecanismo que organiza as instituições, as práticas sociais e os processos de produção de valor, influenciando também a forma como diferentes manifestações culturais são apropriadas e reconhecidas.

Além disso, a análise evidencia que a gastronomia funciona como um importante marcador das desigualdades de classe. Mais do que o custo financeiro das refeições, são os

códigos simbólicos presentes na ambientação dos estabelecimentos, na elaboração dos cardápios e na estética dos pratos que delimitam os públicos aos quais essas experiências são direcionadas. Dessa forma, os restaurantes inseridos no circuito turístico de Ouro Preto tendem a atender predominantemente consumidores com maior poder aquisitivo, reforçando processos de segmentação social que restringem o acesso da população trabalhadora aos espaços de consumo da chamada gastronomia gourmet. Conforme afirma Bourdieu (2007), o gosto não representa apenas uma preferência individual, mas constitui um mecanismo social de distinção que contribui para a reprodução das desigualdades entre as classes sociais.

Sob essa perspectiva, a comida deixa de ser apenas um elemento de subsistência ou de cultura local e passa a funcionar como um símbolo de distinção social, conforme discutido por Pierre Bourdieu (2007). O consumo alimentar, nesse contexto, não se limita à satisfação de necessidades básicas, mas se insere em um sistema de hierarquização social no qual determinados hábitos, sabores e espaços gastronômicos são associados ao prestígio, ao capital cultural e à condição. Dessa forma, a gastronomia analisada contribui para a reprodução de distinções sociais, evidenciando como o acesso à cultura alimentar também é atravessado por desigualdades estruturais que organizam a sociedade brasileira.

A constituição arquitetônica de Ouro Preto está profundamente vinculada ao processo de ocupação e desenvolvimento econômico da região durante o ciclo do ouro, sendo marcada pela influência do período colonial e pela intensa utilização da mão de obra escravizada. Reconhecida nacional e internacionalmente por seu conjunto histórico e artístico, a cidade preserva igrejas, casarões, chafarizes e demais edificações que testemunham a riqueza produzida naquele contexto. Entretanto, para além de sua dimensão estética e patrimonial, torna-se fundamental compreender que tais construções foram erguidas em uma sociedade estruturada pela exploração do trabalho da população negra escravizada. Dessa forma, a análise da arquitetura de Ouro Preto exige uma reflexão crítica acerca das contradições presentes na preservação da memória histórica, considerando tanto a valorização do patrimônio material quanto a necessidade de reconhecimento das experiências e contribuições da população negra na formação da cidade.

A análise das expressões contemporâneas do racismo estrutural em Ouro Preto também requer a consideração dos processos de gentrificação que têm reconfigurado a organização urbana e as formas de uso e apropriação do espaço na cidade. Esses processos estão frequentemente associados à valorização imobiliária, patrimonial, turística e econômica de determinadas áreas, que passam a ser direcionadas ao consumo e à circulação de grupos com maior poder aquisitivo.

Nesse contexto, a gentrificação pode ser compreendida como um fenômeno de transformação socioespacial que altera profundamente a composição social dos territórios urbanos, impactando diretamente as condições de permanência das populações historicamente vinculadas a esses espaços. Conforme discutido por Neil Smith - Gentrificação e teoria do rent gap, esses processos não ocorrem de forma neutra, mas estão relacionados a dinâmicas estruturais do capitalismo urbano, que reorganizam o espaço a partir de interesses econômicos e de valorização do solo.

Dessa forma, os processos de gentrificação não se limitam às transformações físicas da paisagem urbana, mas envolvem também disputas simbólicas em torno da memória, da cultura e do direito à cidade, evidenciando como determinadas narrativas e usos do espaço são valorizados enquanto outros são invisibilizados ou deslocados.

No caso de Ouro Preto, cidade reconhecida pelo seu conjunto arquitetônico e por sua relevância histórica, observa-se que a crescente valorização do patrimônio cultural e a expansão das atividades turísticas contribuíram para intensificar processos de reconfiguração espacial e econômica. A transformação do centro histórico em um importante polo turístico favoreceu a expansão de empreendimentos voltados ao consumo cultural, à gastronomia e à hospedagem, promovendo uma crescente mercantilização dos elementos que compõem a identidade local. Nesse cenário, o patrimônio histórico deixa de ser compreendido apenas como expressão da memória coletiva e passa a assumir, cada vez mais, a condição de ativo econômico, inserido nas lógicas de valorização e exploração do mercado.

Entretanto, esse processo revela profundas contradições. Ao mesmo tempo em que a preservação do patrimônio e o desenvolvimento do turismo são frequentemente apresentados como mecanismos de valorização da cidade e de promoção do crescimento econômico, torna-se necessário questionar quem efetivamente se beneficia dessas transformações e quais grupos sociais são mais afetados por elas. A valorização dos espaços centrais, associada ao aumento dos custos de moradia, ao direcionamento das atividades econômicas para o setor turístico e à crescente elitização de determinados serviços e práticas culturais, tende a restringir o acesso e a permanência das populações mais vulnerabilizadas, aprofundando desigualdades historicamente constituídas.

Sob essa perspectiva, a gentrificação não pode ser analisada exclusivamente como uma consequência do desenvolvimento urbano ou da preservação patrimonial, mas deve ser compreendida como um processo atravessado pelas relações de classe e raça que estruturam a sociedade brasileira. Em um país marcado pelas heranças da escravidão e pela persistência do racismo estrutural, as desigualdades socioespaciais não se distribuem de forma

homogênea, afetando de maneira mais intensa a população negra e os segmentos pertencentes à classe trabalhadora. Dessa forma, a reorganização dos espaços urbanos e a transformação de manifestações culturais em produtos de consumo evidenciam como as dinâmicas de exclusão e segregação continuam presentes, ainda que sob novas formas.

A gentrificação pode ser compreendida como um processo de transformação socioespacial decorrente da valorização econômica e simbólica de determinadas áreas urbanas. Esse fenômeno é frequentemente impulsionado por intervenções de requalificação urbana, investimentos no mercado imobiliário e pela expansão das atividades turísticas e comerciais, fatores que alteram significativamente a configuração dos territórios. Como consequência, esses espaços passam a atrair empreendimentos voltados para segmentos de maior poder aquisitivo, promovendo mudanças nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais e, em muitos casos, contribuindo para a substituição gradual da população residente e para o aprofundamento das desigualdades urbanas (SMITH, 1996; HARVEY, 2014).

Como consequência desse processo, observa-se o aumento do custo de vida local, especialmente no que se refere a aluguéis, serviços e imóveis, o que tende a dificultar a permanência dos moradores originais, em sua maioria pertencentes às camadas populares. Esse deslocamento populacional evidencia que a gentrificação não se limita a mudanças físicas na paisagem urbana, mas envolve também reconfigurações profundas nas relações sociais que estruturam o território.

No contexto de análise crítica, a gentrificação não pode ser compreendida apenas como resultado espontâneo do desenvolvimento urbano, mas como um processo atravessado por desigualdades históricas. No caso brasileiro, essas transformações estão diretamente relacionadas às relações de classe e raça, afetando de forma mais intensa populações historicamente marginalizadas, especialmente a população negra e trabalhadora. Dessa forma, o fenômeno contribui para a reprodução de desigualdades socioespaciais, reforçando dinâmicas de exclusão e segregação nas cidades contemporâneas.

A análise da gentrificação em Ouro Preto evidencia que os processos de valorização econômica, patrimonial e turística da cidade estão inseridos em relações sociais historicamente desiguais, não podendo ser compreendidos como fenômenos neutros ou exclusivamente voltados à preservação do patrimônio. A transformação dos espaços urbanos, impulsionada pelo turismo e pela valorização imobiliária, modifica as formas de ocupação e de apropriação da cidade, produzindo efeitos sobre o acesso aos bens culturais e sobre a permanência das populações que tradicionalmente ocupam esses territórios. Conforme argumenta Harvey (2014), o espaço urbano constitui um campo de disputas no qual

interesses econômicos e políticos influenciam diretamente a produção das cidades e a distribuição desigual de seus benefícios.

Sob essa perspectiva, a discussão acerca da gentrificação permite problematizar as tensões existentes entre preservação do patrimônio histórico, desenvolvimento turístico e mercantilização da cultura. Embora as políticas de conservação desempenhem papel fundamental na proteção da memória coletiva, elas também podem favorecer processos de elitização dos espaços urbanos quando não são acompanhadas por ações voltadas à inclusão social e ao fortalecimento do direito à cidade. Para Lefebvre (2001), o direito à cidade pressupõe que todos os sujeitos possam participar da produção, da utilização e da transformação do espaço urbano, superando mecanismos de exclusão que limitam o acesso aos bens materiais e simbólicos. Nesse contexto, as disputas em torno da memória, da identidade e da ocupação dos espaços históricos refletem desigualdades de ordem social, econômica e racial que ainda estruturam a sociedade brasileira.

A Praça Tiradentes representa um dos mais importantes marcos históricos, políticos e culturais de Ouro Preto, concentrando edificações e monumentos que simbolizam a relevância da antiga capital mineira durante o ciclo do ouro. Contudo, sua importância ultrapassa a dimensão arquitetônica e turística. A conformação desse espaço urbano foi viabilizada pelo intenso trabalho da população negra escravizada, responsável pela extração das pedras, pelo transporte dos materiais e pela construção das vias e edificações que compõem o conjunto histórico da cidade. Conforme demonstram Gomes (2019) e Moura (2019), o desenvolvimento das cidades mineradoras esteve profundamente associado à exploração sistemática da mão de obra africana escravizada, cuja contribuição permaneceu, por muito tempo, invisibilizada pelas narrativas oficiais.

Desse modo, a imagem da Praça Tiradentes não deve ser compreendida apenas como representação de um patrimônio material reconhecido nacional e internacionalmente, mas também como testemunho das relações de dominação e exploração que marcaram a formação histórica de Ouro Preto. Cada elemento que integra esse espaço remete ao trabalho compulsório de milhares de homens e mulheres negros que participaram da construção da cidade, embora suas trajetórias tenham sido frequentemente silenciadas nos processos de produção da memória oficial. Nesse sentido, Pollak (1989) afirma que a memória coletiva é resultado de disputas permanentes entre lembranças e esquecimentos, nas quais determinados grupos sociais são valorizados enquanto outros permanecem invisibilizados.

Diante desse cenário, a preservação do patrimônio histórico exige uma abordagem crítica que reconheça o protagonismo da população negra na constituição material,

econômica e cultural de Ouro Preto. Valorizar esses espaços implica superar narrativas centradas exclusivamente nos monumentos e nas elites coloniais, incorporando as experiências, os saberes e as formas de resistência daqueles que sustentaram, por meio do trabalho escravizado, a formação da cidade. Como destaca Achille Mbembe (2018), compreender os legados da escravidão requer enfrentar os mecanismos históricos de apagamento das populações negras e reconhecer sua centralidade na construção das sociedades contemporâneas.

Figura 1 – Vista da Praça Tiradentes, localizada no centro histórico de Ouro Preto (MG).



Fonte: Acervo da autora, 2026.

O Museu da Inconfidência, situado na Praça Tiradentes, no centro histórico de Ouro Preto, constitui um dos mais relevantes espaços de preservação da memória histórica brasileira. O edifício que hoje abriga o museu foi erguido entre os séculos XVIII e XIX para funcionar como Casa de Câmara e Cadeia da antiga Vila Rica, desempenhando funções administrativas, jurídicas e de controle social no período colonial. Inserido em uma sociedade estruturada pela exploração do trabalho da população negra escravizada, esse espaço também se relaciona diretamente com as formas de organização política e de repressão próprias da administração portuguesa na época.

Em 1944, o edifício foi adaptado para sediar o Museu da Inconfidência, cuja finalidade principal passou a ser a preservação e divulgação da memória da Inconfidência Mineira e dos processos históricos relacionados à formação de Minas Gerais. Desde então, o museu consolidou-se como um importante marco da identidade histórica nacional, reunindo acervos documentais, artísticos e arquitetônicos que atraem anualmente um grande número de visitantes, especialmente em razão de seu valor patrimonial e das narrativas associadas ao período colonial brasileiro. Para a construção desta análise, foi realizada visita ao Museu da Inconfidência, possibilitando a observação da organização do espaço expositivo, das narrativas apresentadas aos visitantes e das formas como a história da escravidão é representada. Durante a visita, também foram realizados diálogos informais com moradores e visitantes, cujas percepções contribuíram para ampliar a compreensão sobre os significados atribuídos ao patrimônio histórico e à memória da população negra em Ouro Preto. Segundo Choay (2006), os museus e os monumentos históricos desempenham papel central na construção das representações sobre o passado, sendo fundamentais na produção da memória coletiva.

Entretanto, a constituição e a interpretação contemporânea do Museu da Inconfidência também revelam disputas em torno da memória e da representação histórica. Tradicionalmente associado à valorização dos inconfidentes e das elites coloniais, o museu tem sido, nas últimas décadas, espaço de ampliação de debates acerca da participação da população negra na formação social, econômica e cultural de Ouro Preto. Essa ampliação dialoga com reflexões sobre memória e poder, uma vez que, conforme Pollak (1989), a memória coletiva é marcada por disputas entre aquilo que é lembrado e aquilo que é silenciado, refletindo relações sociais assimétricas. Nesse sentido, o museu passa a desempenhar também uma função crítica, ao possibilitar a problematização das desigualdades históricas e a incorporação de narrativas anteriormente marginalizadas. A valorização dessas memórias contribui para uma leitura mais plural da história brasileira,

na qual a população negra deixa de ser apenas figurante dos processos históricos e passa a ser reconhecida como sujeito ativo na construção da sociedade. Conforme argumenta Lélia Gonzalez, a produção da memória nacional no Brasil foi historicamente marcada por silenciamentos que ocultam a centralidade da experiência negra na formação do país.

Além de sua relevância histórica e simbólica, o Museu da Inconfidência integra o circuito turístico e patrimonial de Ouro Preto, desempenhando papel significativo na dinâmica econômica e cultural do município. Sua inserção no turismo histórico evidencia as tensões existentes entre preservação do patrimônio, consumo cultural e mercantilização da memória. Nesse contexto, a patrimonialização de espaços históricos não se restringe à conservação física dos bens, mas envolve também disputas sobre os significados atribuídos ao passado e sobre quais narrativas são legitimadas ou invisibilizadas. Para Henri Lefebvre (2001), o espaço social é produzido por relações de poder, o que implica compreender os patrimônios culturais como campos de disputa simbólica e política no presente.

Figura 2 – Museu da Inconfidência, localizado na Praça Tiradentes, no centro histórico de Ouro Preto (MG).



Fonte: Acervo da autora, 2026.

Figura 3 – Registro da pesquisa de campo realizada no Museu da Inconfidência, ao lado de obras sacras pertencentes ao acervo da instituição.

Fonte: Acervo da autora, 2026



A presença do catolicismo na formação histórica, social e cultural de Ouro Preto configura-se como um elemento central para a compreensão das estruturas de poder estabelecidas no contexto colonial. Introduzida no território brasileiro pelos colonizadores portugueses, a religião católica desempenhou papel decisivo na organização da vida social, política e moral, atuando como instrumento de legitimação da ordem escravocrata. Nesse cenário, a Igreja Católica não se limitava à dimensão espiritual, exercendo também funções educativas, normativas e de controle social, ao influenciar comportamentos, valores e formas de sociabilidade (FREYRE, 2003).

A expansão do catolicismo esteve diretamente vinculada ao projeto colonial português, que articulava a exploração econômica das colônias à imposição de padrões culturais europeus sobre populações indígenas e africanas. Para os povos africanos escravizados, o processo de evangelização ocorreu de maneira coercitiva, marcado pela violência simbólica e pela tentativa de deslegitimação de suas práticas religiosas tradicionais. As religiões de matriz africana foram frequentemente classificadas como pagãs e inferiores, sendo alvo de repressão institucional e social durante o período colonial (SOUZA, 2002).

Dessa forma, a imposição da fé católica atuou como mecanismo de dominação cultural, contribuindo para o apagamento e a desvalorização das referências religiosas e simbólicas de origem africana. A obrigatoriedade da participação em rituais católicos e a imposição de práticas religiosas europeias provocaram profundas transformações nas experiências espirituais da população negra escravizada. No entanto, apesar das tentativas de assimilação, esses sujeitos desenvolveram estratégias de resistência cultural, preservando elementos de suas tradições por meio do sincretismo religioso e da transmissão oral de saberes (PRANDI, 2001).

A relação entre catolicismo e escravidão evidencia, portanto, contradições estruturais da sociedade colonial. Enquanto a Igreja Católica ocupava posição de destaque na vida pública e na construção do patrimônio histórico e artístico de Ouro Preto, as religiões de matriz africana foram historicamente marginalizadas e invisibilizadas. Essa assimetria no reconhecimento das tradições religiosas revela a permanência de hierarquias culturais e raciais produzidas ao longo do processo de colonização (ALMEIDA, 2019).

Na contemporaneidade, observa-se que o patrimônio religioso católico de Ouro Preto é amplamente valorizado como símbolo da identidade cultural local, sendo um dos principais atrativos turísticos da cidade. Entretanto, essa valorização contrasta com a

histórica repressão e o reduzido reconhecimento das religiões de matriz africana, cujas contribuições para a formação cultural brasileira foram frequentemente silenciadas. Tal dinâmica evidencia que as disputas pela memória e pelo patrimônio também refletem as desigualdades estruturais da sociedade, articuladas ao racismo estrutural que atravessa diferentes dimensões da vida social (ALMEIDA, 2019).

Assim, a análise da presença do catolicismo em Ouro Preto permite compreender que a religião esteve associada tanto à construção do patrimônio cultural da cidade quanto aos mecanismos de dominação do sistema escravista. Ao mesmo tempo, possibilita reconhecer as formas de resistência da população negra e refletir criticamente sobre os processos históricos de apagamento das religiões de matriz africana, reforçando a importância da valorização da diversidade religiosa e do enfrentamento das permanências do racismo estrutural na sociedade brasileira.

Figura 4 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, localizada em Ouro Preto (MG).



Fonte: Acervo da autora, 2026.

Entre os templos que integram o conjunto arquitetônico de Ouro Preto, destaca-se a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, reconhecida como um dos mais significativos marcos da presença e da resistência da população negra no período colonial. Sua construção esteve diretamente vinculada à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, composta por africanos escravizados e libertos, o que confere ao espaço um duplo significado: além de sua função religiosa vinculada ao catolicismo, constitui-se como ambiente de organização social, solidariedade e afirmação identitária em um contexto historicamente marcado pela escravidão e pelo racismo estrutural (ALGRANTI, 2009).

Em um cenário de intensas restrições impostas à população negra, as irmandades religiosas desempenharam papel fundamental na constituição de redes de apoio mútuo e na criação de espaços de pertencimento coletivo. Nesse sentido, a Igreja do Rosário evidencia as estratégias de resistência elaboradas por sujeitos negros para garantir sua permanência social e simbólica em uma sociedade hierarquizada pela escravidão. Ao mesmo tempo, revela as contradições do catolicismo colonial, que, embora operasse como instrumento de controle e dominação, também possibilitava a organização de formas de sociabilidade que favoreciam a preservação de elementos culturais e a construção de identidades próprias (FREYRE, 2003).

Como parte da pesquisa, foi realizada visita à Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, possibilitando a observação de sua estrutura, dos elementos históricos preservados, das narrativas apresentadas no local e da dinâmica entre o patrimônio e seus frequentadores. A vivência em campo contribuiu para uma compreensão mais aprofundada da importância desse espaço como símbolo de memória, resistência e valorização da história da população negra em Ouro Preto.

Na contemporaneidade, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos integra o patrimônio histórico, artístico e cultural de Ouro Preto, sendo incorporada aos circuitos turísticos e religiosos do município. No entanto, sua relevância não se limita à dimensão estética ou arquitetônica, pois remete às experiências históricas de resistência, luta e contribuição da população negra na formação da sociedade brasileira. Conforme destaca Pollak (1989), a memória coletiva é marcada por disputas entre lembrança e esquecimento, o que torna fundamental a problematização das narrativas oficiais sobre o passado.

Dessa forma, a valorização desse patrimônio requer uma abordagem crítica que reconheça simultaneamente sua importância artística e seu significado histórico-social, evidenciando as desigualdades raciais que estruturaram sua origem e os processos de resistência que possibilitaram sua existência.

Figura 5 – Igreja Matriz de Santo Antônio, localizada no distrito de Glaura, município de Ouro Preto (MG).



Fonte: Acervo da autora, 2026.

Além do conjunto religioso presente no centro histórico de Ouro Preto, destaca-se também a presença de importantes edificações religiosas nos distritos que compõem o município, como no caso de Glaura. A Igreja Matriz de Santo Antônio, localizada no distrito, constitui um importante patrimônio histórico e cultural, evidenciando a influência do catolicismo na organização social e na formação das comunidades locais durante o

período colonial. Assim como outras construções religiosas da região, a igreja está inserida em um contexto histórico marcado pela mineração e pela utilização da mão de obra da população negra escravizada, responsável por grande parte das atividades que possibilitaram a constituição material desses espaços. Na contemporaneidade, o templo permanece como referência de identidade, memória e religiosidade para a comunidade, integrando o patrimônio cultural do município de Ouro Preto e evidenciando a permanência das tradições católicas na região. A inclusão desse patrimônio na pesquisa decorreu da visita realizada ao distrito de Glaura, ocasião em que foi possível conhecer a igreja, observar sua relação com a comunidade local e refletir sobre a permanência de elementos históricos que dialogam com a formação social do município.

Figura 5 – Registro da autora durante a pesquisa de campo realizada na Igreja Matriz de Santo Antônio, localizada no distrito de Glaura, município de Ouro Preto (MG).



Fonte: Acervo da autora, 2026

O distrito de Lavras Novas, no município de Ouro Preto, destaca-se na análise das transformações contemporâneas da região por seu processo de consolidação como destino

turístico. Ao longo do tempo, a localidade, historicamente vinculada às dinâmicas da mineração e às práticas culturais de seus moradores, desenvolveu um conjunto de saberes e expressões que refletem sua identidade social e territorial. Entre essas manifestações, sobressai o artesanato produzido a partir da taquara, elaborado principalmente por mulheres da comunidade, configurando-se não apenas como atividade econômica, mas também como prática de preservação da memória coletiva e da identidade cultural local (CANCLINI, 2019).

Durante a observação de campo, foi possível identificar elementos socioculturais que remetem às heranças da população negra e a possíveis influências de comunidades tradicionais, evidenciadas nas formas de organização comunitária, nos saberes transmitidos entre gerações e nas práticas artesanais. Embora o reconhecimento formal de comunidades quilombolas dependa de critérios institucionais específicos, a presença de referências culturais afrodescendentes no território evidencia a centralidade dessas populações na constituição histórica e social de Lavras Novas (ALMEIDA, 2019).

Os saberes relacionados ao artesanato em taquara são transmitidos de forma intergeracional, configurando um patrimônio imaterial que articula trabalho, identidade e memória. Essa produção artesanal, desenvolvida especialmente por mulheres da comunidade, revela a importância dos conhecimentos tradicionais na manutenção das referências culturais locais, ao mesmo tempo em que evidencia tensões provocadas pela expansão do turismo e pela crescente mercantilização da cultura (HALL, 2006). Assim, o artesanato ultrapassa sua dimensão econômica, assumindo também função simbólica na preservação da história coletiva do distrito.

Entretanto, nas últimas décadas, Lavras Novas passou por intensas transformações socioespaciais relacionadas à expansão do turismo e à valorização imobiliária. Esse processo impulsionou a especulação fundiária e a venda de propriedades para investidores externos, alterando significativamente a composição populacional da localidade. Como resultado, observa-se o aumento da presença de moradores temporários e empreendimentos voltados ao turismo, como pousadas, restaurantes e serviços destinados a públicos com maior poder aquisitivo (HARVEY, 2014).

Esse cenário pode ser compreendido a partir do conceito de gentrificação, caracterizado pela reestruturação econômica e simbólica de determinados territórios urbanos e rurais, acompanhada pela substituição ou expulsão gradual de populações tradicionais. Em Lavras Novas, a valorização turística e imobiliária tem provocado o aumento do custo de vida, impactando diretamente a permanência da população local e o acesso aos bens e

serviços que passaram a ser incorporados à lógica do mercado turístico (LEFEBVRE, 2001).

Diante disso, torna-se fundamental questionar quais grupos sociais se beneficiam desse processo de transformação territorial e quais são marginalizados ou excluídos. O aumento dos preços de hospedagem, alimentação e aquisição de imóveis dificulta o acesso da população local e da classe trabalhadora aos próprios espaços historicamente construídos por ela. Nesse sentido, aquilo que antes integrava o cotidiano comunitário passa a ser ressignificado como produto turístico, evidenciando desigualdades de acesso e disputas pelo direito à cidade (HARVEY, 2014).

Assim, a realidade de Lavras Novas evidencia que os processos de valorização cultural e turística, embora importantes para a economia local, também podem intensificar desigualdades sociais e espaciais. A mercantilização da cultura, associada à gentrificação e às estruturas de classe e raça, revela a necessidade de uma análise crítica sobre quem produz, quem consome e quem se apropria dos benefícios gerados por essas transformações, especialmente em territórios marcados por heranças da população negra e por saberes tradicionais (ALMEIDA, 2019).

Entre os elementos simbólicos mais relevantes do distrito, destaca-se a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, importante marco religioso e arquitetônico de Lavras Novas. Para além de sua dimensão estética e turística, o templo constitui um espaço de sociabilidade, memória e identidade coletiva, refletindo a influência do catolicismo na organização da vida comunitária local. Inserida em um contexto histórico marcado pela mineração e pela presença significativa da população negra, a igreja expressa aspectos fundamentais da formação social do território (FREYRE, 2003).

Na contemporaneidade, a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres integra os roteiros turísticos do distrito e é amplamente reconhecida como patrimônio cultural. No entanto, sua importância transcende o valor arquitetônico, pois remete às experiências sociais e às memórias coletivas dos moradores, permitindo refletir sobre as tensões entre preservação patrimonial, turismo e transformações socioespaciais que atravessam Lavras Novas.

Figura 6 – Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, localizada no distrito de Lavras Novas, município de Ouro Preto (MG).



Fonte: Acervo da autora, 2026.

O distrito da Chapada, localizado no município de Ouro Preto (MG), integra o conjunto de localidades que se desenvolveram a partir do ciclo da mineração na região das Minas Gerais, período em que a ocupação do território esteve diretamente vinculada à exploração do ouro e à organização social estruturada pela escravidão. Assim como outros distritos do entorno de Ouro Preto, sua formação histórica está associada às dinâmicas econômicas e sociais do período colonial, quando a presença da população negra escravizada foi fundamental para a construção de caminhos, moradias, espaços religiosos e atividades produtivas que sustentavam a economia mineradora.

Com o declínio da mineração, o distrito passou por processos de reconfiguração econômica e social, mantendo-se como uma localidade de caráter mais rural, com forte

presença de práticas comunitárias e relações sociais baseadas na proximidade entre os moradores. Ao longo do tempo, a Chapada preservou elementos de sua história vinculados ao cotidiano das populações que ali se estabeleceram, incluindo manifestações culturais, religiosas e formas tradicionais de organização da vida comunitária, que compõem ainda hoje sua identidade local. A vivência no distrito permitiu relacionar os referenciais teóricos da pesquisa às características observadas em campo, contribuindo para compreender como a memória e a história permanecem presentes no cotidiano da comunidade.

Figura 6 – Capela de Sant'Ana, localizada no distrito da Chapada, município de Ouro Preto (MG).



Fonte: Acervo da autora, 2026.

O distrito de São Bartolomeu, situado no município de Ouro Preto (MG), integra o conjunto de localidades históricas da região e se destaca tanto por sua formação vinculada ao ciclo da mineração quanto pela permanência de práticas culturais, religiosas e tradicionais que estruturam a vida comunitária. Sua constituição histórica está relacionada ao processo de ocupação das Minas Gerais no período colonial, quando a economia aurífera organizava a dinâmica social e produtiva, sustentada em grande medida pelo trabalho da população negra escravizada, responsável pela construção material e simbólica dos espaços urbanos e rurais da região (FREYRE, 2003; ALGRANTI, 2009). A visita ao distrito possibilitou confrontar a produção teórica com a realidade observada, evidenciando como diferentes elementos da história colonial permanecem presentes na organização do espaço e na preservação do patrimônio local.

Entre as expressões culturais mais significativas do distrito, destaca-se a Festa da Goiaba, evento tradicional que compõe o calendário cultural local e se configura como importante manifestação da identidade comunitária. Realizada anualmente, a festividade articula moradores, visitantes e produtores locais em torno da valorização da goiaba, fruto historicamente cultivado na região e associado às práticas agrícolas familiares e à economia de subsistência. Nesse sentido, a festa extrapola sua dimensão agrícola, consolidando-se também como espaço de sociabilidade, fortalecimento de vínculos comunitários e preservação de tradições culturais (CANCLINI, 2019).

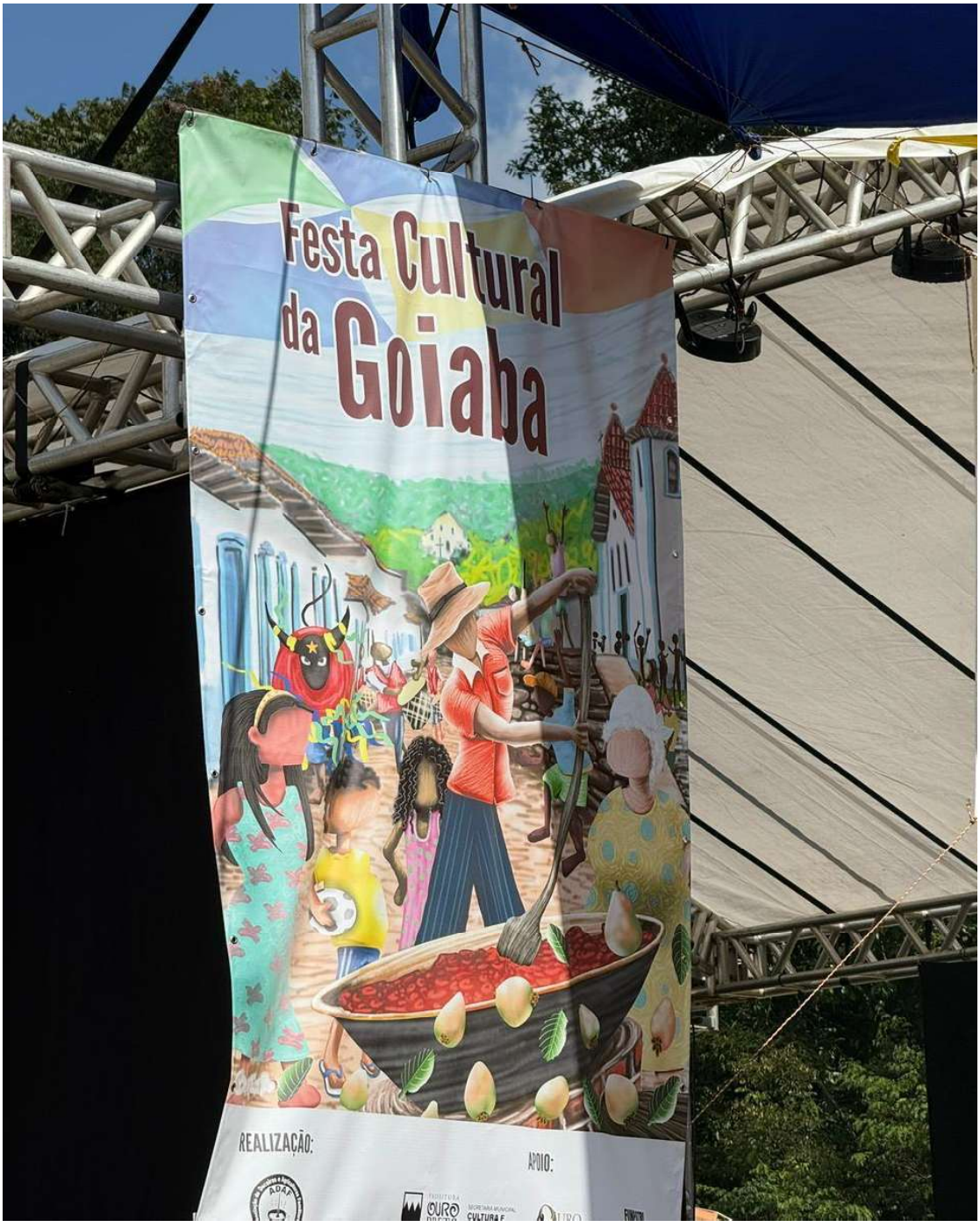
A festividade envolve a produção e comercialização de diversos derivados da fruta, como doces, compotas e geleias, elaborados a partir de saberes culinários transmitidos entre gerações. Tais práticas, originalmente ligadas ao cotidiano doméstico e às formas tradicionais de produção alimentar, passaram a ocupar posição de destaque no circuito turístico regional, sendo ressignificadas como elementos da gastronomia típica mineira. Esse processo evidencia a inserção da cultura alimentar local nas dinâmicas contemporâneas de valorização do patrimônio e de consumo cultural, nas quais tradição e mercado passam a se articular de maneira cada vez mais intensa (HALL, 2006).

Na atualidade, a Festa da Goiaba pode ser compreendida como um importante vetor do turismo cultural em São Bartolomeu, contribuindo para a visibilidade do distrito no contexto de Ouro Preto e atraindo visitantes de diferentes regiões. Contudo, essa crescente valorização também suscita reflexões críticas acerca da mercantilização das tradições culturais, uma vez que práticas originalmente enraizadas no cotidiano comunitário são frequentemente ressignificadas como produtos turísticos. Conforme aponta Harvey (2014), os processos de valorização cultural no capitalismo contemporâneo tendem a transformar

expressões locais em mercadorias simbólicas, gerando tensões entre preservação cultural, identidade territorial e interesses econômicos.

Dessa forma, a Festa da Goiaba evidencia as contradições presentes na relação entre cultura e mercado, revelando que o patrimônio cultural não é um elemento fixo, mas um campo de disputas simbólicas e econômicas. Nesse processo, emergem desafios relacionados à manutenção das referências identitárias locais frente às dinâmicas de turistificação, que reconfiguram sentidos, práticas e usos das tradições comunitárias.

Figura 7 e 8 – Registro da Festa da Goiaba, manifestação cultural e gastronômica tradicional do distrito de São Bartolomeu, Ouro Preto (MG).



Fonte: Acervo da autora, 2026.



Fonte: Acervo da autora, 2026.

A extração aurífera em Ouro Preto constituiu um dos pilares fundamentais da organização econômica e social da região durante o período colonial. A atividade mineradora, responsável por grande parte da riqueza enviada à Coroa portuguesa e acumulada pelas elites locais, baseou-se de forma estruturante no trabalho compulsório da população negra escravizada. Nesse sentido, a mineração não pode ser compreendida apenas como um empreendimento econômico, mas como um espaço de consolidação de relações sociais marcadas pela violência, pela exploração e pela hierarquização racial (MOURA, 2019).

A riqueza gerada pelas minas foi decisiva para a construção do conjunto arquitetônico e religioso que caracteriza Ouro Preto, incluindo igrejas, casarões e demais bens patrimoniais. Entretanto, a população negra que sustentou esse processo permaneceu

historicamente excluída dos benefícios materiais e simbólicos produzidos por sua própria força de trabalho. Tal dinâmica contribuiu para a formação de uma estrutura social profundamente desigual, cujos efeitos se projetam até a contemporaneidade, expressando a permanência de hierarquias raciais e sociais no espaço urbano e cultural brasileiro (ALMEIDA, 2019).

Na atualidade, diversas antigas minas foram incorporadas ao circuito turístico, sendo transformadas em espaços de visitação mediante cobrança de ingressos e serviços especializados. Esse processo levanta questionamentos sobre os limites de acesso ao patrimônio histórico, uma vez que os custos envolvidos podem restringir a participação da própria população local. Assim, torna-se pertinente refletir sobre quem efetivamente consome esses bens culturais e quais grupos sociais possuem condições econômicas para usufruir desses espaços, frequentemente inseridos em uma lógica de turismo voltada a visitantes externos e segmentos mais privilegiados da sociedade (HARVEY, 2014).

Dessa forma, a transformação das minas em atrativos turísticos evidencia tensões entre memória, patrimônio e desigualdade social. A mercantilização do patrimônio histórico demonstra que a cultura não se constitui apenas como expressão identitária, mas também como um campo atravessado por disputas simbólicas e econômicas, no qual se reproduzem distinções sociais e raciais estruturantes da sociedade brasileira.

Tabela 2 – Valores de ingresso para visitação em minas históricas de Ouro Preto

Mina	**Localização**	**Valor do ingresso (adulto)**	**Observações**
Mina do Chico Rei	Ouro Preto (Antônio Dias)	R$ 70,00	Visitação guiada
Mina Du Veloso	Ouro Preto (São Cristóvão)	R$ 80,00	Guia bilíngue; meia entrada apenas para crianças de 6 a 10 anos

Observa-se que a patrimonialização e a exploração turística das antigas minas de ouro converteram espaços historicamente construídos pelo trabalho da população negra escravizada em bens culturais comercializados. Os valores cobrados para a visitação suscitam questionamentos acerca de quem tem acesso e quem consome esse patrimônio, uma

vez que o custo dos ingressos pode representar uma barreira para parte da população local. Observa-se que não há, de forma geral, políticas permanentes de gratuidade ou preços diferenciados para os moradores locais. Tal realidade suscita questionamentos acerca de quem efetivamente acessa e consome esse patrimônio histórico. A transformação desses espaços em produtos turísticos evidencia uma contradição: locais construídos pelo trabalho da população negra escravizada tornam-se bens culturais cuja fruição pode ser limitada por barreiras econômicas.

> "O gosto classifica aquele que procede à classificação: os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar; por seu intermédio, exprime-se ou traduz-se a posição desses sujeitos nas classificações objetivas" (BOURDIEU, 2007, p. 13).

A reflexão proposta por Bourdieu permite compreender que o acesso aos bens culturais não é neutro, mas atravessado pelas desigualdades econômicas e sociais. No caso das minas históricas de Ouro Preto, transformadas em atrativos turísticos e comercializadas por meio da cobrança de ingressos, emerge a questão sobre quem possui condições materiais para usufruir desse patrimônio. Assim, a valorização da memória e da cultura pode, em determinadas circunstâncias, reproduzir mecanismos de distinção social, nos quais determinados grupos têm maior possibilidade de acesso e consumo dos bens culturais do que outros. Tal processo torna-se ainda mais contraditório quando se considera que esses espaços foram construídos a partir do trabalho da população negra escravizada, historicamente excluída dos benefícios produzidos por essa riqueza.

Figura 09, 10, 11 e 12 – Mina Santa Rita, localizada em Ouro Preto (MG).




MINA
Sta Rita





Fonte: Acervo da autora, 2026.

A análise dos elementos culturais presentes em Ouro Preto demonstra que a cultura ocupa posição estratégica tanto na constituição da identidade coletiva quanto na organização da dinâmica econômica do município. O conjunto formado pelo patrimônio histórico, pelas manifestações culturais, pela gastronomia, pelas paisagens naturais e pelos espaços de memória representa um importante patrimônio material e imaterial, capaz de impulsionar a atividade turística e contribuir para a geração de trabalho, renda e desenvolvimento local. Conforme argumenta Canclini (2019), o patrimônio cultural ultrapassa sua dimensão simbólica, tornando-se também um recurso econômico inserido nas dinâmicas contemporâneas de consumo e circulação de bens culturais.

Nesse cenário, a cultura assume dupla função: preserva a memória social e, simultaneamente, converte-se em ativo econômico capaz de fortalecer a imagem do território, atrair investimentos e estimular o turismo. As políticas voltadas à conservação do patrimônio histórico, à manutenção de equipamentos culturais e à realização de eventos tradicionais são fundamentais para consolidar Ouro Preto como um dos principais destinos culturais do país. Além disso, o reconhecimento oficial de seu patrimônio amplia a visibilidade da cidade e favorece a captação de recursos destinados à preservação de seus bens históricos e culturais, conforme discutem Choay (2006) e Funari e Pelegrini (2009).

Entretanto, a valorização do patrimônio não significa que sua apropriação ocorra de maneira democrática. Os resultados desta pesquisa evidenciam que o acesso aos bens culturais permanece condicionado por fatores econômicos, sociais e simbólicos. Em consequência, determinados espaços e experiências culturais tornam-se mais acessíveis aos grupos que dispõem de maior poder aquisitivo e de maior capital cultural. Para Bourdieu (2007), o capital cultural influencia diretamente as formas de participação na vida social, determinando quem possui maior legitimidade para consumir, interpretar e valorizar determinados bens culturais.

A investigação sobre os atrativos turísticos, as minas históricas e os espaços públicos da cidade revela que a cultura pode desempenhar funções contraditórias. Ao mesmo tempo em que constitui um instrumento de inclusão social quando viabilizada por políticas públicas de acesso ao patrimônio, também pode ser apropriada segundo uma lógica mercadológica voltada prioritariamente ao turismo, restringindo o usufruto de determinados bens culturais àqueles que possuem condições econômicas para consumi-los. Nesse sentido, compreender as relações entre cultura, economia e capital cultural torna-se indispensável para analisar as desigualdades presentes no espaço urbano de Ouro Preto. A preservação do patrimônio deve estar associada à ampliação do acesso e à promoção da cidadania cultural, garantindo que os

benefícios decorrentes da atividade turística alcancem diferentes segmentos da população. Conforme afirma Chauí (2006), a cultura deve ser compreendida como um direito fundamental, indispensável ao exercício da cidadania e à consolidação da democracia.

A construção do pertencimento e da identidade cultural no Brasil também é profundamente influenciada por processos históricos de desigualdade racial e social. O sentimento de pertencimento não decorre apenas da identificação individual com determinada manifestação cultural, mas resulta das condições objetivas que possibilitam ou restringem o acesso, o reconhecimento e a participação dos sujeitos na vida cultural. De acordo com Almeida (2021), o racismo estrutural organiza as instituições e as relações sociais, produzindo hierarquias que interferem na distribuição do reconhecimento simbólico e das oportunidades de participação cultural.

Sob essa perspectiva, as identidades culturais são construídas em contextos marcados por relações desiguais de poder. Embora diversas manifestações afro-brasileiras tenham sido produzidas historicamente pela população negra, observa-se que, em muitos contextos, essas práticas passam por processos de ressignificação e apropriação que as inserem em circuitos turísticos e espaços de consumo frequentados predominantemente por grupos socialmente privilegiados. Esse deslocamento contribui para o enfraquecimento dos vínculos entre as comunidades de origem e suas próprias referências culturais, favorecendo processos de invisibilização de seus sujeitos históricos. Hall (2006) destaca que as identidades culturais são continuamente reconstruídas, sendo influenciadas pelas formas de representação e pelas disputas simbólicas presentes na sociedade.

A limitada apropriação dessas manifestações pelas populações locais decorre de múltiplos fatores estruturais. Entre eles, destacam-se as desigualdades socioeconômicas, a permanência do racismo e a produção de imaginários sociais que historicamente desvalorizam as expressões culturais negras em seus próprios territórios. Como consequência, bens reconhecidos como patrimônio cultural ou atrativos turísticos nem sempre são plenamente vivenciados pelas comunidades responsáveis por sua constituição histórica. Barreiras econômicas, ausência de políticas públicas de democratização do acesso e insuficiência de ações voltadas à valorização da cultura afro-brasileira contribuem para esse distanciamento.

Outro aspecto relevante refere-se ao processo de mercantilização da cultura, no qual manifestações culturais passam a ser comercializadas como produtos destinados ao mercado turístico. Embora essa dinâmica possa ampliar sua visibilidade, também tende a promover um distanciamento simbólico entre os bens culturais e seus grupos de origem, reduzindo

práticas historicamente vinculadas à memória coletiva a objetos de consumo. Canclini (2019) observa que a inserção da cultura nas lógicas de mercado produz novas formas de circulação dos bens culturais, mas também amplia disputas relacionadas ao reconhecimento, ao pertencimento e ao acesso.

Desse modo, a fragilidade do pertencimento cultural revela que os efeitos do racismo estrutural extrapolam a dimensão material das desigualdades, alcançando também os processos de construção da memória, da identidade e do reconhecimento social. Torna-se, portanto, indispensável fortalecer políticas públicas que promovam não apenas a preservação do patrimônio afro-brasileiro, mas também a participação efetiva das comunidades locais em sua gestão, valorização e usufruto. A consolidação da cultura como direito social exige que sua dimensão econômica seja articulada ao reconhecimento das trajetórias históricas da população negra, assegurando que os processos de valorização cultural contribuam para a inclusão social, o fortalecimento das identidades coletivas e a democratização do acesso aos bens culturais.

CONCLUSÃO

Este trabalho analisou o processo da "gourmetização da escravização" em Ouro Preto, compreendendo-o como uma forma contemporânea de ressignificação e consumo de elementos históricos e culturais vinculados ao período escravocrata e à cultura afro-brasileira. A partir dessa abordagem, buscou-se problematizar como práticas culturais, gastronômicas e turísticas podem, ao mesmo tempo em que valorizam determinados aspectos da cultura local, contribuir para o apagamento das condições históricas de violência, exploração e resistência da população negra.

A pesquisa permitiu compreender que esse fenômeno não se limita ao campo simbólico ou cultural, mas está diretamente relacionado às permanências do racismo estrutural na sociedade brasileira. Nesse sentido, conforme aponta Silvio Almeida (2019), o racismo se expressa como uma estrutura que organiza as relações sociais e produz desigualdades que também se refletem na forma como a cultura afro-brasileira é apropriada, consumida e ressignificada. Assim, a chamada gourmetização pode ser entendida como uma prática que, ao transformar elementos da cultura negra em produtos de consumo, frequentemente os descontextualiza de sua história de sofrimento, resistência e luta.

No contexto de Ouro Preto, esse processo se torna ainda mais evidente diante da forte exploração turística da história colonial e da escravidão, muitas vezes apresentada de forma

estetizada e suavizada, o que contribui para a invisibilização da violência histórica sofrida pela população negra. Dessa forma, observa-se uma contradição entre a valorização econômica do patrimônio histórico-cultural e o reconhecimento efetivo das populações negras que compõem essa história.

Para o Serviço Social, essa discussão é fundamental, pois possibilita uma leitura crítica das expressões da questão social no campo cultural, evidenciando como o racismo estrutural se atualiza em práticas contemporâneas de consumo e turismo. A profissão, ao atuar diretamente na defesa de direitos e na promoção da equidade, tem papel central na problematização dessas dinâmicas, contribuindo para o fortalecimento da consciência crítica e para o enfrentamento das desigualdades raciais.

No campo das políticas públicas, destaca-se a necessidade de ações que promovam não apenas a preservação do patrimônio histórico, mas também o reconhecimento das populações negras como sujeitos centrais na construção da história local. Isso inclui políticas de educação patrimonial antirracista, valorização da cultura afro-brasileira, incentivo à participação comunitária e desenvolvimento de práticas turísticas que não reproduzam a lógica da mercantilização da dor e da escravidão.

É fundamental reconhecer que a escravidão foi constantemente enfrentada por diferentes formas de resistência, expressas na preservação da cultura, da religiosidade, da ancestralidade, na formação de quilombos, nas estratégias de sobrevivência e na luta permanente por liberdade e dignidade. Essa resistência não se encerrou com a Lei Áurea, uma vez que a abolição ocorreu sem a implementação de políticas de reparação capazes de enfrentar as profundas desigualdades produzidas pela escravidão. Nesse contexto, a população negra continua resistindo às diversas manifestações do racismo estrutural e reivindicando o reconhecimento de sua história, de seus direitos e de seu protagonismo. Assim, preservar a memória da escravidão significa, sobretudo, valorizar a resistência negra e contribuir para a construção de uma sociedade comprometida com a justiça social, a equidade racial e a reparação histórica.

Por fim, sugere-se a ampliação de estudos e intervenções que abordem a relação entre turismo, cultura e racismo estrutural, especialmente em cidades históricas como Ouro Preto. Torna-se necessário avançar na construção de práticas sociais e institucionais que reconheçam a centralidade da população negra na formação do país, garantindo que a memória da escravidão não seja reduzida a um produto de consumo, mas compreendida em sua complexidade histórica, social e política.

REFERÊNCIA

ALGRANTI, Leila Mezan. **Irmandades negras no Brasil colonial**. São Paulo: Contexto, 2009.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A DISTINÇÃO:** *crítica social do julgamento*. São Paulo: EdUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CANCLINI, Néstor García. **CULTURAS HÍBRIDAS:** *estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2019.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global, 2011.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 5. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: EdUSP, 2019.

FREYRE, Gilberto. **CASA-GRANDE & SENZALA:** *formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Global, 2003.

GOMES, Flávio dos Santos. **HISTÓRIAS DE QUILOMBOLAS:** *mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **CIDADES REBELDES:** *do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O DESAFIO DO CONHECIMENTO:** *pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOURA, Clóvis. **BRASIL:** *as raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1992.

MOURA, Clóvis. **REBELIÕES DA SENZALA:** *quilombos, insurreições e guerrilhas*. 5. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **REDISCUTINDO A MESTIÇAGEM NO BRASIL:** *identidade nacional versus identidade negra*. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **LIBERDADE POR UM FIO:** *história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Milton. **A NATUREZA DO ESPAÇO:** *técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SMITH, Neil. **THE NEW URBAN FRONTIER:** *gentrification and the revanchist city*. Londres: Routledge, 1996.

SOUZA, Laura de Mello e. **DESCLASSIFICADOS DO OURO:** *a pobreza mineira no século XVIII*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

SOUZA, Marina de Mello e. **O DIABO E A TERRA DE SANTA CRUZ:** *feitiçaria e religiosidade no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.